

ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 26.04.2023

CNPJ 02.474.103/0001-19 NIRE 42 3 0002438-4

R. Paschoal Apóstolo Pisca, 5064 | Agronômica
Florianópolis – SC | CEP 88025-255

EGIE B3 LISTED NM
IBOVESPA B3
IEE B3
ITAG B3
ISE B3
ICO2 B3

SUMÁRIO

Proposta da administração para a assembleia geral ordinária 4

ANEXO I – COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES 6

2.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais 6

2.2 Comentários dos Diretores sobre: resultados das operações da Companhia, variação da receita, impacto da inflação, câmbio e juros 30

2.3 Comentários dos Diretores sobre práticas contábeis 33

2.4 Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes 34

2.5 Medições não contábeis 37

2.6 Eventos subsequentes às últimas Demonstrações Financeiras 39

2.7 Comentários dos Diretores sobre a destinação dos resultados sociais 40

2.8 Descrição pelos Diretores dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia 41

2.9 Comentários dos Diretores em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8 41

2.10 Principais elementos do plano de negócios da Companhia 41

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 45

ANEXO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO 47

Destinação do lucro líquido do exercício 47

ANEXO IV – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL 52

7.3 Composição e experiência profissional do conselho fiscal indicado 52

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos demais comitês 55

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre relacionadas 55

7.8 Outras informações que a Companhia julgue relevantes 55

ANEXO V – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES 56

8.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos: 56

8.2 Remuneração total do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente: 61

8.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal dos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente 64

8.4 Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente: 65

8.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária 66

8.6 Relacionada à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária 67

8.7 Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social 68

8.8 Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais 68

8.9 Relacionada à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações 69

8.10 Relacionada à cada outorga de ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente 69

8.11 Relacionada às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, realizada nos 3 últimos exercícios sociais 69

8.12 Descrição sumária das informações para a compreensão dos dados divulgados nos itens “8.5” a “8.11” 69

8.13 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social 70

8.14 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários 70

8.15 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, dos 3 últimos exercícios sociais 71

8.16 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia 72

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto 72

8.18 Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente 72

8.19 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente 72

8.20 Outras informações que a Companhia julga relevantes 73

ANEXO VI – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS 75

10.3 Descrição das políticas de remuneração dos empregados da Companhia 75

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 26 DE ABRIL DE 2023, EM ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) Nº 81, DE 29 DE MARÇO DE 2022 (RCVM 81/22), E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES

Segundo o artigo 10º da RCVM 81/22, a Companhia deve fornecer, até 1 (um) mês antes da data marcada para realização da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os seguintes documentos e informações:

- **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 10º da RCVM 81/22)**

As Demonstrações Contábeis Anuais Completas, que incluem o Relatório da Administração, foram arquivadas na CVM e B3 no dia 16.02.2023 e foi publicado no Jornal Notícias do Dia, versão online e de forma resumida no jornal físico, de acordo com a RCVM 39/21 e alterações no artigo 289, I e II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, introduzidas pela Lei nº 13.818, de 24 de abril de 2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, no dia 24.03.2023. Tais documentos também estão disponíveis nestes websites: da Companhia (www.engie.com.br/investidores/informacoes-financeiras), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

- **Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência (Inciso III do artigo 10º da RCVM 81/22)**

As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I deste documento.

- **Parecer dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 10º da RCVM 81/22)**

O Relatório dos Auditores Independentes está contemplado nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas da Companhia.

- **Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver (Inciso V do artigo 10º da RCVM 81/22)**

O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

- **Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP (§ único do artigo 10º - Inciso I, da RCVM 81/22)**

O formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) foi publicado pela Companhia no dia 16.02.2023, na mesma data da entrega do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Anuais. Esse documento pode ser acessado pelos websites da Companhia (www.engie.com.br/investidores/informacoes-financeiras), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

- **Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo A da RCVM 81/22 (§ único do artigo 10º - Inciso II, da RCVM 81/22)**

As informações referentes ao anexo A da RCVM 81/22 estão disponíveis no anexo II deste documento.

- **Parecer do Comitê de Auditoria, se houver (§ único do artigo 10º - Inciso III, da RCVM 81/22)**

O Parecer do Comitê de Auditoria está contemplado nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas da Companhia.

Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a Companhia deve fornecer (artigo 11º da RCVM 81/22):

- **No mínimo, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência, relativamente aos candidatos indicados pela administração ou pelos acionistas controladores (artigo 11º - Inciso I, da RCVM 81/22)**

Os mencionados dados estão apresentados no anexo IV deste documento. Nesta Assembleia ocorrerá eleição de membros do Conselho Fiscal, desta forma, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 e item 7.8.

O Estatuto da Companhia no Art. 30 prevê que o conselho fiscal não terá funcionamento permanente, instalando-se somente a pedido dos acionistas, na forma da lei. Caso instalado, o Conselho Fiscal será constituído de até 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato de 1 (um) ano. A assembleia geral que vier a instalar o Conselho Fiscal, caberá fixar a respectiva remuneração, observado o mínimo legal.

Desta forma, nesta Assembleia ocorrerá a decisão da instalação ou não deste Conselho e, caso instalado, terá como membros indicados pela Administração os apresentados no anexo IV deste documento.

Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações (artigo 13º da RCVM 81/22):

- **Informações relativas à proposta de remuneração dos administradores baseadas no item 8 do referido Formulário de Referência (artigo 13º - Incisos I e II, da RCVM 81/22)**

Estas informações estão apresentadas no anexo V deste documento.

- **Informações relativas à proposta de participação dos empregados nos resultados do exercício de 2022**

A proposta está apresentada no anexo VI deste documento.

- **Boletim de voto à distância, a que se refere o art. 31 (Inciso VI do artigo 10º da RCVM 81/22) e nas hipóteses a que se refere o art. 26 (Inciso III do artigo 11º da RCVM 81/22)**

Em atendimento à RCVM 81/22, e suas alterações posteriores, a Companhia passou a adotar o voto a distância a partir do exercício de 2017.

O boletim de voto a distância foi publicado pela Companhia no dia 24.03.2023, na mesma data da entrega dessa Proposta da Administração. Esse documento pode ser acessado pelos websites da Companhia (https://www.engie.com.br/investidores/assembleias-e-reunioes-do-conselho/voto-a-distancia/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

ANEXO I – COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES

Artigo 10º RCVM 81/22 – Inciso III – Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência

2.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 desta Proposta da Administração refletem as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores, com base nos indicadores de liquidez e endividamento expostos abaixo, entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a execução dos planos de expansão de capital e de investimento, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo.

(i) Informações consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022

O ano de 2022 foi marcado, pela guerra entre Rússia e Ucrânia e, em virtude disso, existem efeitos das sanções econômicas à Rússia. Como principal impacto, nota-se o aumento de preços do petróleo, do gás natural, de grãos e de outras commodities, visto que a redução repentina de oferta destes produtos eleva o preço no mercado internacional. O impacto sobre a economia pode ser grande, a depender do tamanho e extensão da guerra, o que pode reduzir as perspectivas de crescimento econômico. A Companhia não possui contratos com nenhuma parte envolvida no conflito, desta forma não apurou impactos decorrentes da guerra. Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da guerra, a Companhia não estima efeitos significativos em seu resultado que possam comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.

Durante o ano de 2022, a Companhia realizou novos investimentos, sendo estes os principais:

- Aquisição de 100% das ações da Solairedirect Holding Brasil S.A. (“Solairedirect”), detentora dos Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu, e ENGIE Solar Brasil Energia e Consultoria Ltda. (“ENGIE Solar”), ambas pertencentes ao Grupo ENGIE. O Conselho de Administração da ENGIE Brasil Energia instalou um Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas (CPR), para avaliar a operação de aquisição. O CPR contratou as seguintes consultorias independentes para apoiar no processo, das quais: (i) *due diligence* legal e apoio na negociação do contrato de compra e venda; (ii) *due diligence* contábil, financeira, tributária e trabalhista; (iii) *due diligence* técnica; e (iv) consultoria para a emissão de opinião sobre a avaliação e geração de valor dos ativos (*fairness opinion*). O Conjunto Fotovoltaico Floresta, localizado na cidade de Areia Branca/RN, possui capacidade instalada de 86 MW, tendo contratado, pelo prazo de 20 anos, com término em 31.10.2038, 25,1 MW médios ao preço de R$ 421,58/MWh (dezembro/2022), reajustado pelo IPCA, com operação comercial iniciada em dezembro de 2017. Por sua vez, o Conjunto Fotovoltaico Paracatu, localizado em Paracatu/MG, possui capacidade instalada de 132 MW, com contrato de venda de 34,0 MW médios pelo prazo de 20 anos, com término em 31.10.2038, ao preço de R$ 429,07/MWh (dezembro/2022), reajustado pelo IPCA, e iniciou a operação comercial em fevereiro de 2019.
- Aquisição dos direitos de desenvolvimento do Projeto Serra do Assuruá junto à PEC Energia S.A. (“PEC”) pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (“ECP”), controlada direta da Companhia. Adicionalmente, a Companhia assinou o contrato de fornecimento de até 188 aerogeradores com a Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda, iniciando a implantação de Serra do Assuruá, cuja entrada em operação comercial está prevista para o 2º semestre de 2024.
- Arremate do lote 7 no leilão de transmissão nº 01/2022 promovido pela Aneel, em consórcio com sua subsidiária integral ENGIE Transmissão de Energia II (“ETP II”), o qual prevê a ampliação de uma subestação complementar ao projeto Novo Estado e um trecho de seccionamento de uma linha de distribuição, denominado Gavião Real Transmissora de Energia Ltda. (“Gavião Real”). O valor de investimento previsto pela Aneel é de R$ 110 milhões, com deságio de 59,9% e a RAP contratada de R$ 6 milhões. O prazo da concessão será de 30 anos, contados da data de assinatura do contrato de concessão ocorrida em 30.09.2022. O início da construção e a expectativa de entrada em operacional comercial total estão previstos para maio de 2023 e fevereiro de 2024, respectivamente.

Ainda em 2022, após o cumprimento das condições precedentes, foram concluídas as operações de venda da participação societária que a Companhia possuía na subsidiária ENGIE Geração Solar Distribuída S.A. (“EGSD”) e Norte Catarinense Ltda. (“Norte Catarinense"), pelo montante de R$ 14 milhões, cada.

Adicionalmente, em decorrência da estratégia de descarbonização da Companhia, em 15.09.2022, foi assinado o contrato de compra e venda (SPA) entre a Companhia e a ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC"), com as compradoras Grafito Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Grafito") e Perfin Space X Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Space X"). Com a venda, a Companhia irá receber em caixa o montante de até R$ 450 milhões, previsto para 2023, e a assunção do endividamento de Pampa Sul será realizada pelos compradores, no valor aproximado de R$ 1,8 bilhão. Os compradores irão, inclusive, obter a liberação integral da fiança corporativa prestada pela ENGIE no âmbito do referido endividamento. A assinatura do SPA pela Companhia foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15.09.2022.

Tendo em vista que o valor de venda, líquido dos custos, é inferior ao valor contábil dos ativos líquidos da subsidiária, foi reconhecido, em 2022, R$ 191 milhões de provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) nos investimentos. Entretanto, em função da assinatura do SPA de venda da Usina, em 30.09.2022, a Companhia efetuou a reversão do *impairment* reconhecido, no montante de R$ 27 milhões.

Em 2022, o Ebitda ajustado atingiu R$ 6.941 milhões, decremento de 3,8%, em relação ao ano anterior, e a margem Ebitda ajustada apresentou aumento de 0,8 p.p., passando de 57,5% em 2021 para 58,3% em 2022. Já o lucro líquido apresentou aumento de 70,3%, totalizando, em 2022, R$ 2.665 milhões, majoritariamente em decorrência da variação com efeito positivo das transações não recorrentes, principalmente da redução do *impairment* entre anos em questão, e dos impactos da desaceleração da inflação, que se refletem na atualização monetária das concessões a pagar, das dívidas e demais despesas financeiras. Ainda em relação aos efeitos de inflação, ressaltamos que a indexação dos contratos de venda de energia contribuiu na elevação de 11,5% no preço médio de venda de energia, líquido dos encargos, o que tende a neutralizar os efeitos inflacionários sobre os resultados no médio prazo. Cabe destacar que o preço médio de venda de energia também foi impactado positivamente pela aquisição dos Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu, ativos com energia contratada a preços superiores à média do restante do portfólio da Companhia. Desconsiderando os efeitos não recorrentes, líquidos dos tributos, o lucro líquido ajustado de 2022 seria de R$ 2.764 milhões, acréscimo de 16,7% sobre o lucro líquido ajustado de 2021.

Reconciliação do Ebitda ajustado:

Em R$ milhões	**2022**	**2021**
Lucro Líquido	2.665	1.565
(+) Imposto de renda e contribuição social	621	255
(+) Resultado Financeiro	2.515	3.079
(+) Depreciação e Amortização	989	1.042
Ebitda	**6.790**	**5.941**
Efeitos não recorrentes		
(+) *Impairment*, líquido	67	1.076
(+) Alienação de subsidiária	84	200
Ebitda Ajustado	**6.941**	**7.217**

Os fatores a seguir citados sustentam as condições patrimonial e financeira da Companhia:

- Classificação de risco (*rating*) – a Fitch Ratings atribui à ENGIE Brasil Energia Rating Nacional de Longo Prazo como 'AAA(bra)' com perspectiva estável e em escala global 'BB(bra)', com perspectiva estável, em decorrência do limite imposto pelo *rating* soberano, contudo ainda um nível acima do mesmo. Os *ratings* estão diretamente relacionados à captura de linhas de crédito atrativas, ampliando nossa competitividade no desenvolvimento de novos projetos.
- Como resultado de sua estratégia de descarbonização, em 2022 a Companhia chegou a 95,9% de capacidade própria renovável, resultado alcançado como consequência da saída de ativos com base em fontes fósseis e o ingresso de fontes renováveis no portfólio de geração. A conclusão da venda da Usina Termelétrica Pampa Sul está prevista para o primeiro semestre de 2023, sendo o único ativo de fonte não renovável presente no parque gerador, com isso, a Companhia alcançará 100% de fontes renováveis.

- Capacidade instalada – a Companhia, em 31.12.2022, possuía capacidade instalada de 8.453,3 MW e operava um parque gerador de 10.174,0 MW, composto de 76 usinas, sendo 11 hidrelétricas, uma termelétrica convencional, 50 parques eólicos, três à biomassa, nove solares fotovoltaicas e duas pequenas centrais hidrelétricas. Destes parques geradores, 72 pertencem integralmente à Companhia e quatro (as hidrelétricas Itá, Machadinho e Estreito, e a usina de cogeração a biomassa Ibitiúva Bioenergética) são comercialmente exploradas por meio de parcerias com outras empresas.
- Novos investimentos: (i) aquisição dos Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu, com capacidade instalada de 132 MW e 86 MW, respectivamente, (ii) aquisição dos direitos de desenvolvimento do Projeto Serra do Assuruá, com a expectativa de implantação de até 188 aerogeradores; e (iii) arremate do lote 7 no leilão de transmissão nº 01/2022, com RAP contratada de R$ 6 milhões.
- Na área de infraestrutura, os Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado obtiveram novas autorizações do ONS para operação comercial parcial de suas linhas de transmissão. Gralha Azul e Novo Estado alcançaram 94% e 49% da RAP mensal em 12.2022 e dos ativos em operação comercial em 31.12.2022, respectivamente. As entradas em operação comercial total de Gralha Azul e Novo Estado ocorreram em 19 e 27 de fevereiro de 2023, respectivamente.

(ii) Informações consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2021

O ano de 2021 foi impactado, pelos efeitos da continuidade da pandemia provocada pela Covid-19 e pela crise hídrica enfrentada pelo País. Esse contexto comprovou a importância da estratégia de diversificação dos negócios e da expansão de outras fontes renováveis, especialmente eólica e solar. A Companhia entregou crescimento em transmissão e geração eólica, avançou na descarbonização, além de mitigar o impacto em volume de vendas em ano com déficit de geração hidrelétrica de cerca de 27%.

Em 2021, a Companhia realizou investimentos alinhados com sua estratégia de diversificação, dos quais se destacam os projetos dos Sistemas de Transmissão Novo Estado e Gralha Azul, os Conjuntos Eólicos Campo Largo II e Santo Agostinho – Fase I, a modernização da Usina Hidrelétrica Salto Osório, além da aquisição de participação societária no projeto do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol. Ainda em linha com a estratégia de descarbonização da Companhia, ocorreu a alienação da subsidiária Diamante Geração de Energia Ltda. ("Diamante"), a qual detém a totalidade dos ativos que compõem o Complexo Termelétrica Jorge Lacerda e a constituição de *impairment* relativo à subsidiária Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. Somado ao descrito anteriormente, houve o reconhecimento, em 2021, dos efeitos das Leis nº 14.052/2020 e nº 14.182/2021, que possibilitaram a recuperação de custos relativos à repactuação do risco hidrológico, totalizando R$ 1.591 milhões.

Dentro desse contexto, o Ebitda ajustado atingiu R$ 7.217 milhões, incremento de 12,3%, em relação ao ano anterior, e a margem Ebitda ajustada apresentou aumento de 4,7 p.p., passando de 52,8% em 2020 para 57,6% em 2021, apesar do cenário hidrológico desafiador. Já o lucro líquido apresentou redução de 44,0%, totalizando, em 2021, R$ 1.565 milhões, majoritariamente em decorrência do *impairment* reconhecido e dos impactos da aceleração da inflação, que se refletem na atualização monetária das concessões a pagar, das dívidas e demais despesas financeiras. Com relação aos efeitos de inflação, ressaltamos que a indexação dos contratos de venda de energia elevou em 4,9% o preço médio de venda de energia, líquido dos encargos, o que tende a neutralizar os efeitos inflacionários sobre os resultados no médio prazo. Desconsiderando os efeitos não recorrentes, líquidos dos tributos, o lucro líquido ajustado de 2021 seria de R$ 2.369 milhões, decréscimo de 11,8% sobre o lucro líquido ajustado de 2020.

b. Estrutura de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

O negócio da Companhia apresenta uma elevada geração operacional de caixa, principalmente em função de sua elevada margem, resultado da característica intensiva em capital da atividade de geração de energia e dos rígidos controles de custos e despesas realizados pela Administração da Companhia.

Os principais componentes da estrutura de capital da Companhia são os seguintes:

Em R$ milhões	31.12.2022	31.12.2021
Endividamento bruto[1]	18.150	20.587
(-) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados	2.465	5.975
Endividamento líquido	15.685	14.612
Endividamento bruto não circulante[2] (% do endividamento bruto)	90,4%	83,0%
Patrimônio líquido	8.440	7.933
Grau de alavancagem[3]	65,0%	64,8%
Composição da estrutura de capital:		
- Capital próprio (patrimônio líquido / passivo total)	22,2%	20,8%
- Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante / passivo total)	77,8%	79,2%

(1) Contempla os empréstimos e financiamentos, debêntures e as ações preferenciais resgatáveis (circulante e não circulante) – líquidos dos efeitos dos *hedges*.
(2) Endividamento bruto não circulante, contempla os empréstimos e financiamentos, as debêntures e as ações preferenciais resgatáveis, todos não circulante - líquido dos efeitos dos *hedges*.
(3) Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido).

Em 31.12.2022 a dívida bruta total consolidada, representada, principalmente, por empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais resgatáveis, líquidos dos efeitos de operações de *hedge*, totalizava R$ 18.150 milhões — redução de 11,8% (R$ 2.437 milhões) comparativamente à posição de 31.12.2021. O prazo médio de vencimento da dívida no fim de 2022 era de 7,6 anos.

A variação no endividamento da Companhia está relacionada, principalmente, à combinação dos seguintes fatores, ocorridos no ano de 2022: (i) R$ 1.789 milhões de transferência de financiamentos e debêntures de subsidiárias reclassificadas para Ativo Não Circulante Mantido para Venda; (ii) R$ 789 milhões de saques junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e bancos repassadores para construção dos projetos Conjunto Eólico Santo Agostinho e Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado; (iii) R$ 794 milhões oriundos de ingresso de aquisição das subsidiárias Floresta e Paracatu; (iv) geração de R$ 2.325 milhões em encargos incorridos a serem pagos e variação monetária; e (v) R$ 4.556 milhões em amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia, considerando o seu perfil de endividamento e a sua posição de liquidez, em situações normais de mercado, acreditam que a Companhia possui plenas condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos hoje existentes, bem como para continuar expandindo seus investimentos.

Os Diretores da Companhia entendem ainda que, em condições normais de mercado, a sólida geração de caixa confere à Companhia margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

Neste quadro estão listados os principais indicadores de capacidade de pagamento da dívida utilizados pela Companhia.

Em R$ milhões	31.12.2022	31.12.2021
Ebitda Ajustado	6.941	7.217
Despesa financeira	2.373	2.310
Resultado financeiro	2.515	3.079
Endividamento bruto	18.150	20.587
Endividamento líquido	15.685	14.612
Endividamento líquido / Ebitda Ajustado	2,3	2,0
Endividamento bruto / Ebitda Ajustado	2,6	2,9
Ebitda Ajustado / Despesa financeira	2,9	3,1
Fluxo de caixa operacional	3.338	1.971

Nos últimos dois exercícios sociais a Companhia honrou suas obrigações assumidas com terceiros, tais como fornecedores, dividendos, dívidas, concessões a pagar, entre outros.

O endividamento líquido da Companhia em 31.12.2022 é de R$ 15.685 milhões e corresponde a 2,3 vezes o Ebitda ajustado pelos efeitos não recorrentes apurado em 2022, de R$ 6.941 milhões. Adicionalmente, a Companhia apurou fluxo de caixa operacional positivo de R$ 3.337 milhões em 2022. Com base nos resultados apresentados e no plano de negócios da Companhia, os Diretores da Companhia reforçam a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Fitch Ratings atribui à Companhia *Rating* Nacional de Longo Prazo como 'AAA(bra)', com perspectiva estável, e em escala global 'BB(bra)', com perspectiva estável, um nível acima do *rating* soberano. Os *ratings* estão diretamente relacionados à captura de linhas de crédito atrativas, ampliando a competitividade da Companhia no desenvolvimento de novos projetos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza linhas de crédito em instituições financeiras de primeira linha, com a finalidade de suprir uma eventual necessidade de caixa de curto e médio prazos.

Para os projetos de investimento da Companhia, além da utilização de parte de sua geração de caixa, a principal fonte de financiamento é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), diretamente e/ou por meio de seus Bancos Repassadores. Além do BNDES, a Companhia também utiliza outros bancos de fomento, como o Banco da Amazônia (BASA) e o Banco do Nordeste (BNB). Estas instituições financeiras usualmente oferecem taxa de juros e prazos de pagamento compatíveis com o retorno dos projetos de geração de energia.

Caso o projeto de investimento não seja elegível para financiamento pelo BNDES, ou por questões de custo do financiamento, a Companhia pode recorrer a outras fontes de financiamento incentivadas, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), ao mercado de capitais, por meio da emissão de notas promissórias e/ou debêntures ou outras fontes de financiamento, visando à manutenção de uma estrutura de capital e liquidez adequada. A Companhia avalia constantemente as alternativas de financiamento de suas operações.

Em 2021, a Companhia utilizou como principais fontes de financiamento recursos do BNDES e empréstimos em moeda estrangeira, cuja variação cambial está protegida por operações de *swap*, e recursos oriundos de emissão de debêntures. Em 2022, a Companhia utilizou como principais fontes de financiamento recursos do BNDES e do BASA.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em que pese os Diretores não prevejam qualquer situação de deficiência de liquidez, a Companhia possui linhas de crédito previstas (capital de giro, financiamento de longo prazo e fiança bancária) perante instituições financeiras de primeira linha.

Em caso de necessidade de financiamento para capital de giro, a Companhia pretende utilizar linhas de crédito disponíveis no mercado junto a instituições financeiras de primeira linha. Para fins de financiamento de ativos não circulantes, a Companhia pretende utilizar prioritariamente recursos de financiamentos de longo prazo diretamente junto ao BNDES ou por meio de Bancos Repassadores.

Além disso, em razão do elevado *rating* atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings, a Companhia tem acesso tempestivo ao mercado de capitais para eventuais necessidades de levantamento de recursos financeiros.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

As principais informações sobre as dívidas contratadas com Instituições Financeiras estão descritas a seguir:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Condições das principais dívidas contratadas

		Condições de pagamento		Em R$ milhões	
Empresas / Bancos	**Juros**	**Venc.**	**Principal e juros**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Controladora:					
Moeda nacional:					
Repasse BNDES (Bancos) [(a)]	3,68% a.a.	11.2024	Mensais	-	2
NIB	IPCA + 3,55% a.a.	10.2022	Principal: Mensais Juros: Trimestrais	-	33
Moeda estrangeira (dólar):					
BNP Paribas IV	2,7300% a.a. com *swap* para CDI + 1,33% a.a.	04.2023	Principal: 04.2023 Juros: Semestrais	522	566
BNP Paribas III	2,5400% a.a. com *swap* para CDI + 1,70% a.a.	03.2024	Principal: 03.2024 Juros: Semestrais	635	719
MUFG V	1,8914% a.a. até 10.2021 e 2,0057% a.a. até 10.2025 ambos com *swap* para CDI + 1,32% a.a.	10.2025	Principal: 50% em 10.2024 e 50% em 10.2025 Juros: Semestrais	439	501
Scotiabank IV	2,002% a.a. com swap para CDI + 1,35% a.a.	07.2026	Principal: 07.2026 Juros: Semestrais	479	567
HSBC	7,3706% a.a. com *swap* para 3,3900% a.a.	05.2022	Principal: 05.2022 Juros: Semestrais	-	524
Scotiabank III	3,3600% a.a. com NDF de dólar pré-fixado de R$ 5,8580	05.2022	Principal: 05.2022 Juros: Semestrais	-	560
BNP Paribas II	3,95476% a.a. com NDF de dólar pré-fixado de R$ 5,8550	05.2022	Principal: 05.2022 Juros: Semestrais	-	280
Scotiabank I	3,3710% a.a. com NDF de dólar pré-fixado de R$ 5,8358 (05.2022) e R$ 6,1535 (11.2022)	11.2022	Principal: 11.2022 Juros: Semestrais	-	1.122

		Condições de pagamento		Em R$ milhões	
Empresas / Bancos	**Juros**	**Venc.**	**Principal e juros**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Controladas:					
Moeda nacional:					
Ferrari					
BNDES Ampliação	TJLP + 1,76% a.a.[b]	07.2032	Mensais	45	50
Assú V					
Banco do Nordeste do Brasil	IPCA + 1,7624% a.a.	07.2038	Principal: Mensais a partir de 08.2023 Juros: Trimestrais até 07.2023 e posteriormente mensais	88	90
Banco do Nordeste do Brasil	IPCA médio 12 meses + 4,4108% a.a.	08.2039	Principal: Mensais a partir de 09.2024 Juros: Trimestrais até 08.2024 e posteriormente mensais	9	-
Conjunto Eólico Campo Largo					
BNDES	TJLP + 2,52% a.a. [b]	06.2035	Mensais	395	423
BNDES	TJLP + 1,82% a.a. [b]	06.2035	Mensais	460	493
Pampa Sul					
BNDES	TJLP + 3,09% a.a. [b]	01.2036	Mensais	761	785
Conjunto Eólico Umburanas					
BNDES	IPCA + 3,91% a.a.	12.2038	Mensais	1.275	1.275
Gralha Azul					
BNDES	IPCA + 3,83% a.a.	03.2044	Mensais, a partir de outubro de 2023	1.817	1.569
Conjunto Eólico Campo Largo II					
BNDES	IPCA + 4,23% a.a.	12.2039	Mensais	1.386	1.382
Novo Estado					
BNDES	IPCA + 4,67% a.a.	05.2044	Mensais	2.155	1.924
BASA	IPCA + 1,4452% a.a.	08.2044	Mensais	799	734
Santo Agostinho					
BNDES	IPCA + 6,16% a.a.	11.2045	Mensais	630	-
Floresta e Paracatu					
BNDES	TJLP + 2,15% a.a.	10.2036	Mensais	261	-
BNDES	IPCA + 4,98% a.a.	10.2038	Mensais	517	-

[a] Os bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Itaú BBA, Bradesco, Santander e Votorantim.
[b] O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.

Informações adicionais sobre os contratos de empréstimos e financiamentos de valores mais relevantes da Companhia e de suas controladas

Os saldos em 31.12.2022 e 31.12.2021 dos contratos abaixo listados se encontram na tabela do item f(i) anteriormente apresentada.

O Repasse do BNDES contratado por meio de seus Bancos Repassadores – Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Votorantim foi utilizado para a construção da Usina Hidrelétrica São Salvador.

Os financiamentos contratados pelas controladas consolidadas na Companhia são na modalidade *Project Finance*. Para tal, foram constituídas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) para a implantação dos respectivos projetos.

- Empréstimos tomados em moeda estrangeira

A Companhia contratou, no ano de 2021, empréstimos em moeda estrangeira com o banco Scotiabank. O recurso foi captado, principalmente, com a finalidade de viabilizar a construção e a modernização do parque gerador da Companhia e de gerenciar o fluxo de caixa para a continuidade da implementação de seu plano de negócios.

A Companhia mantém contratos de operações de *swap* com subsidiárias brasileiras das mesmas instituições financeiras as quais contratou empréstimos em dólar, a fim de proteger fluxos futuros de pagamentos de principal e juros, contra a flutuação da taxa cambial. Estas operações foram designadas como instrumentos de *hedge*, convertendo o empréstimo em dólar para real e a taxa fixa para uma taxa flutuante (CDI).

O vencimento do principal e a amortização dos juros dos empréstimos e dos *hedges* ocorrerão exatamente nas mesmas datas. É válido destacar que a Política de Investimentos e Derivativos da Companhia estabelece que a utilização de instrumentos financeiros derivativos fica restrita à proteção de riscos (*hedge*) e deve ser mantida correlação estreita quanto ao perfil da dívida, volumes e prazos.

As principais condições dos empréstimos e das operações de *swap* e NDF contratados foram as seguintes:

	Valor		Empréstimo e posição ativa do *swap* e NDF	Posição passiva do *swap* e NDF	
Bancos	US$ milhões	R$ milhões	Δ US$ + Juros (a.a.)	Condição	Vencimento
BNP Paribas IV	100	518	2,73%	CDI + 1,33% a.a.	04.2023
BNP Paribas III	125	632	2,54%	CDI + 1,70% a.a.	03.2024
MUFG V	95	500	1,8914% a.a. até 10.2021 e 2,0057% a.a. até 10.2025	CDI + 1,32% a.a.	10.2025
Scotiabank IV	102	530	2,002% a.a.	CDI + 1,35% a.a.	07.2026
HSBC	135	534	7,3706%	3,398% a.a.	05.2022
Scotiabank III	100	596	3,3600%	Dólar pré-fixado de R$ 5,8580	05.2022
BNP Paribas II	50	298	3,5476%	Dólar pré-fixado de R$ 5,8551	05.2022
Scotiabank I	200	1.272	3,371%	Dólar pré-fixado de R$ 5,8358 (05.2022) e R$ 6,1535 (11.2022)	11.2022

Garantias dos empréstimos e financiamentos

A Companhia mantém garantia para os empréstimos e financiamentos a seguir descritos. Para os demais empréstimos não há garantias concedidas pela Companhia.

BNDES, Repasse BNDES (Bancos) e BASA

- Financiamento de Projetos Eólicos: (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (d) penhor de bens e equipamentos relativos aos projetos; (e) conta reserva em montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida; (f) conta reserva em valor correspondente a 3 meses das despesas contratuais de operação e de manutenção; e (g) fiança corporativa da ENGIE Brasil Energia ou da ECP.

- Financiamento de empreendimento de transmissão: (a) cessão dos direitos emergentes da concessão; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (d) conta reserva em montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida; e (e) fiança corporativa da ENGIE Brasil Energia ou fiança bancária.

Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

- Financiamento de empreendimento solar fotovoltaico: (a) fiança corporativa da ECP ou fiança bancária; e (b) conta reserva em valor mínimo equivalente a 4,09% do saldo devedor total do financiamento.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

a) Debêntures

São representadas pelas debêntures emitidas pela Companhia e pelas controladas Jaguara, Miranda e Pampa Sul. Em 31.12.2022 e 31.12.2021, a Companhia possuía vigentes estas emissões:

				Condições de Pagamento		Em R$ milhões	
	Quantidade	Remuneração	Garantia	Juros / Variação Monetária	Principal	31.12.2022	31.12.2021
Controladora:							
5ª Emissão - Série única	165.000	IPCA + 6,3000% a.a.	Sem garantia	Anualmente em dezembro	3 parcelas anuais a partir de 12.2022	176	250
6ª Emissão - Série 1	246.600	IPCA + 6,2621% a.a.	Sem garantia	Anualmente em julho	3 parcelas anuais a partir de 07.2021	116	218
6ª Emissão - Série 2	353.400	IPCA + 6,2515% a.a.	Sem garantia	Anualmente em julho	3 parcelas anuais a partir de 07.2024	496	468
7ª Emissão - Série 1	515.353	IPCA + 5,6579% a.a.	Sem garantia	Anualmente em julho	2 parcelas anuais a partir de 07.2024	670	632
7ª Emissão - Série 2	231.257	IPCA + 5,9033% a.a.	Sem garantia	Anualmente em julho	3 parcelas anuais a partir de 07.2026	300	283
9ª Emissão – Série 1	576.095	IPCA + 3,7000% a.a.	Sem garantia	Anualmente em julho	2 parcelas anuais a partir de 07.2025	720	679
9ª Emissão – Série 2	539.678	IPCA + 3,9000% a.a.	Sem garantia	Anualmente em julho	3 parcelas anuais a partir de 07.2027	674	636
9ª Emissão – Série 3	378.827	IPCA + 3,6000% a.a.	Sem garantia	Semestralmente em julho e janeiro	2 parcelas anuais a partir de 07.2025	473	446
9ª Emissão – Série 4	105.400	IPCA + 3,7000% a.a.	Sem garantia	Semestralmente em julho e janeiro	3 parcelas anuais a partir de 07.2027	131	124
10ª Emissão – Série única	400.000	IPCA + 5,7158% a.a.	Sem garantia	Anualmente em setembro	24 parcelas anuais a partir de 09.2023	427	400
Controladas:							
Jaguara							
1ª Emissão - Série 1	483.000	107% a.a. sobre Δ Taxa DI com *swap* para IPCA + 4,47% a.a.	Garantia real	Semestralmente em junho e dezembro	9 parcelas semestrais a partir de 06.2019	53	159
1ª Emissão - Série 2	634.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Garantia real	Semestralmente em junho e dezembro	15 parcelas semestrais a partir de 06.2020	718	716
Miranda							
1ª Emissão - Série 1	299.000	107% a.a. sobre Δ Taxa DI com *swap* para IPCA + 4,47% a.a.	Garantia real	Semestralmente em junho e dezembro	9 parcelas semestrais a partir de 06.2019	33	99
1ª Emissão - Série 2	386.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Garantia real	Semestralmente em junho e dezembro	15 parcelas semestrais a partir de 06.2020	460	451
Pampa Sul							
1ª Emissão - Série 1	102.000	IPCA + 6,25% a.a.	Garantia real	Semestralmente em abril e outubro	14 parcelas semestrais a partir de 10.2021	114	114
1ª Emissão - Série 2	238.000	IPCA + 7,50% a.a.	Garantia real	Semestralmente em abril e outubro	17 parcelas semestrais a partir de 10.2028	289	273
2ª Emissão - Série 1	150.000	IPCA + 4,50% a.a.	Garantia real	Semestralmente em abril e outubro	14 parcelas semestrais a partir de 10.2021	158	157
2ª Emissão - Série 2	432.000	IPCA + 5,75% a.a.	Garantia real	Semestralmente em abril e outubro	17 parcelas semestrais a partir de 10.2028	466	434

Informações adicionais sobre as debêntures

- Quinta emissão de debêntures - Série única

Em dezembro de 2014, a Companhia emitiu 165.000 debêntures simples, não conversíveis em ações da emissora, de série única, da espécie quirografária, com valor nominal de R$ 1 mil, perfazendo na data de emissão, o montante total de R$ 165 milhões. Estas debêntures são atualizadas pelo IPCA e rendem juros remuneratórios correspondentes a 6,3% a.a., incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado. O pagamento dessa remuneração é anual, tendo ocorrido o primeiro em 15.12.2015. O principal será amortizado em 3 parcelas anuais, nas datas de 15.12.2022, 15.12.2023 e 15.12.2024. A liquidação da oferta pública das debêntures ocorreu no dia 23.12.2014 e os recursos obtidos destinaram-se à modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo.

- Sexta emissão de debêntures – Séries 1 e 2

Em julho de 2016, a Companhia emitiu 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, de espécie quirografária, com valor nominal de R$ 1 mil, perfazendo o montante total de R$ 600 milhões, totalizando R$ 586 milhões, líquido dos custos de captação. Estas debêntures são atualizadas pelo IPCA e rendem juros remuneratórios correspondentes a 6,2621% a.a. e 6,2515% a.a. para as Séries 1 e 2, respectivamente, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado. O pagamento da remuneração ocorre anualmente e os pagamentos do principal ocorrerão em 3 parcelas anuais, sendo que o primeiro ocorreu em julho de 2021 e os demais ocorrerão em julho de 2023 e 2024 para as Séries 1 e 2, respectivamente. Os recursos obtidos destinaram-se à implantação da Usina Termelétrica Pampa Sul.

- Sétima emissão de debêntures – Séries 1 e 2

Em julho de 2018, a Companhia emitiu 746.610 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, de espécie quirografária, nos termos da Instrução CVM n° 400/2003, com valor nominal de R$ 1 mil, perfazendo o montante total de R$ 747 milhões (R$ 728 milhões, líquidos dos custos de captação). Estas debêntures são atualizadas pelo IPCA e rendem juros remuneratórios correspondentes a 5,6579% a.a. e 5,9033% a.a. para as Séries 1 e 2, respectivamente, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado. O pagamento da remuneração ocorre anualmente e a amortização do principal da Série 1 ocorrerá em 2 parcelas anuais, nas datas de 15.07.2024 e 15.07.2025 e da Série 2 em 3 parcelas anuais, nas datas de 15.07.2026, 15.07.2027 e 15.07.2028. A liquidação da oferta ocorreu em 25.07.2018 e os recursos obtidos destinaram-se a implementação do Conjunto Eólico Campo Largo e ao refinanciamento de parte das notas promissórias de Jaguara e Miranda.

- Nona emissão de debêntures – Séries 1, 2, 3 e 4

Em 15.07.2019, ocorreu a emissão de 1.600.000 debêntures simples (9ª emissão), não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública da Companhia, nos termos da Instrução CVM n° 400, de 29.12.2003, com valor nominal unitário de R$ 1 mil, perfazendo o montante total de R$ 1.600 milhões (R$ 1.578 milhões, líquidos dos custos de captação). O pagamento da remuneração iniciou em julho de 2021 e ocorre anualmente para a séria 1 e 2 e semestralmente para as séries 3 e 4. A amortização do principal para as séries 1 e 3 será em 2 parcelas anuais em julho de 2025 e 2026 e para as séries 2 e 4 em 3 parcelas anuais em julho de 2026 e 2017. A liquidação financeira se deu em 07.08.2019 e os recursos obtidos destinaram-se à implementação dos projetos UFV Assú V, Umburanas, UHE Jaguara e UHE Miranda".

- Décima emissão de debêntures – Série única

Em outubro de 2021, ocorreu a emissão de 400.000 debêntures simples (10ª emissão), não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, nos termos da Instrução CVM n° 476/2009, com valor nominal unitário de R$ 1 mil, perfazendo o montante total de R$ 400 milhões (R$ 385 milhões, líquidos dos custos de captação). Estas debêntures são atualizadas pelo IPCA e rendem juros remuneratórios correspondentes a 5,7158% a.a., incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado. O pagamento dessa remuneração é anual, iniciando em setembro de 2022. O principal será amortizado em 24 parcelas anuais iniciando em 2023 e finalizando em setembro de 2046. A liquidação da oferta pública das debêntures ocorreu no dia 18.10.2021 e os recursos obtidos destinaram-se à implementação do Conjunto Eólico Campo Largo II e do Sistema de Transmissão Gralha Azul.

- Primeira emissão debêntures – Séries 1 e 2 – Jaguara e Miranda

Em junho de 2018, as controladas diretas Jaguara e Miranda emitiram 1.117.000 e 685.000 debêntures, respectivamente, em duas séries, com esforços restritos, com valor nominal de R$ 1 mil, perfazendo o montante total de R$ 1.117 milhões e de R$ 685 milhões, respectivamente. Estas debêntures são remuneradas a 107% da taxa CDI e IPCA + 6,4962% a.a. para as Séries 1 e 2, respectivamente. O pagamento da remuneração ocorre semestralmente. A amortização do principal relativa à Série 1 se realizará em 9 parcelas semestrais, a partir de 06.2019 e à Série 2 em 15 parcelas semestrais, a partir de 06.2020. Os recursos obtidos destinaram-se ao pagamento antecipado de parte do montante captado por meio de notas promissórias.

Para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros do principal e juros das debêntures contra a variação da taxa DI, em 19.12.2018 foram contratadas operações de *swap* com o Banco Itaú BBA à taxa de IPCA + 4,47% a.a.

Em função das características do referido instrumento financeiro, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo para o seu registro contábil. Dessa forma, tanto as debêntures objeto do *hedge* quanto o instrumento de *hedge* (*swap*) são mensurados pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros da variação do CDI sobre as debêntures.

- Segunda emissão debêntures – Séries 1 e 2 – Pampa Sul

Em novembro de 2020, a controlada direta Pampa Sul emitiu 582.000 debêntures não conversíveis em ações, em duas séries, nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, com valor nominal de R$ 1 mil, perfazendo o montante total de R$ 582 milhões (R$ 511, líquidos dos custos de captação). Estas debêntures são remuneradas a IPCA + 4,50% a.a. e IPCA + 5,75% a.a. para as Séries 1 e 2, respectivamente. O pagamento da remuneração ocorrerá semestralmente iniciado em 10.2021. A amortização do principal relativa a Série 1 se realizará em 14 parcelas semestrais a partir de 10.2021 e a Série 2 em 17 parcelas semestrais a partir de 10.2028. As debêntures foram emitidas com o objetivo de otimizar a estrutura de capital de Pampa Sul.

- Primeira emissão debêntures – Séries 1 e 2 – Pampa Sul

Em setembro de 2020, a controlada direta Pampa Sul emitiu 340.000 debêntures não conversíveis em ações, em duas séries, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, com valor nominal de R$ 1 mil, perfazendo o montante total de R$ 340 milhões (R$ 338, líquidos dos custos de captação). Estas debêntures são remuneradas a IPCA + 6,25% a.a. e IPCA + 7,50% a.a. para as Séries 1 e 2, respectivamente. O pagamento da remuneração ocorrerá semestralmente iniciado em 10.2021. A amortização do principal relativa a Série 1 se realizará em 14 parcelas semestrais a partir de 10.2021 e a Série 2 em 17 parcelas semestrais a partir de 10.2028. As debêntures foram emitidas com o objetivo de otimizar a estrutura de capital de Pampa Sul.

Em 2020, a Companhia adquiriu a totalidade das debêntures, 340.000 debêntures, emitidas pela Pampa Sul e ao longo de 2021, a Companhia as negociou, no mercado secundário. Os montantes envolvidos na negociação totalizaram R$ 411 milhões, destes, R$ 379 milhões referem-se ao valor de principal e juros e R$ 32 milhões (R$ 31 milhões, líquido de PIS e Cofins) aos ganhos nas vendas das debêntures.

b) Ações preferenciais resgatáveis

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21.08.2020, aprovou a emissão de ações preferenciais resgatáveis da controlada indireta Novo Estado Participações ("NEP"), todas escriturais, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, no montante total de R$ 500 milhões (R$ 477 milhões, líquido de custos de emissão). A emissão ocorreu em 01.09.2020. As ações dão direito de participar dos dividendos declarados e distribuídos pela NEP de forma prioritária e cumulativa. A partir do semestre imediatamente posterior à entrada em operação do Sistema de Transmissão, os dividendos serão destinados semestralmente, não estando a NEP obrigada a distribuir dividendos antes deste evento.

A quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 95.446.379, subdivididas em 12 classes, com diferentes prazos de resgate, sendo o prazo de resgate da última classe 31.10.2034. Os valores de emissão e de resgate por ação, estão demonstrados a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Novo Estado Participações S.A.	5,2385	2,6192	2,6192

Para efeitos societários na controlada indireta NEP, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R$ 250 milhões, e parte como reserva de capital, no montante de R$ 250 milhões. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, essa transação foi considerada como um instrumento de dívida, portanto, o valor total da emissão foi registrado como passivo não circulante. Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de qualquer pagamento de proventos ou distribuições pela NEP.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

O grau de subordinação das dívidas está demonstrado a seguir: (i) financiamentos com garantia real; (ii) empréstimos com garantia quirografária e (iii) títulos de dívida com garantia quirografária.

São consideradas dívidas com garantia real todas as dívidas garantidas por garantia real, assim entendidas a fiança bancária, o penhor, dentre outras garantias reais.

São consideradas dívidas quirografárias todas as dívidas que não possuem garantia ou que possuem garantia fidejussória, assim entendidas a garantia de aval e a fiança, dentre outras garantias fidejussórias.

Adicionalmente, em caso de uma eventual situação de recuperação judicial, a Companhia adotará os preceitos da Lei n° 11.101/05, e suas alterações posteriores, para compor a ordem de preferência em concurso universal de credores.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

a) Empréstimos e financiamentos

A Companhia em 31.12.2022 estava sujeita aos seguintes compromissos contratuais (*covenants*) – índices e limites financeiros – estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos:

Dívida	***Covenants***
Controladora:	
HSBC, Scotiabank, MUFG e BNP Paribas	(i) Ebitda /despesas financeiras ≥ 2,0 (ii) Dívida bruta /Ebitda ≤ 4,5
BNDES Ampliação Ferrari (Obrigação da Interveniente)	Consolidado: Dívida bruta /Ebitda ≤ 4.5 Dívida líquida /Ebitda ≤ 3,5
Controladas:	
BNDES, BNB e BASA	Índice de cobertura do serviço da dívida[1] ≥ 1,1 ou ≥ 1,2 ou ≥1,25 ou

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

Os financiamentos contratados junto ao BNDES são formalizados mediante a celebração de contratos de financiamento por meio da abertura de linha de crédito e estão sujeitos às disposições aplicáveis aos contratos do BNDES.

Nos termos dessas disposições, adicionalmente aos *covenants* financeiros descritos na tabela anteriormente apresentada, os tomadores de empréstimo não podem, sem a prévia autorização do BNDES: (i) conceder preferência a outros créditos; (ii) realizar amortização de ações; (iii) emitir debêntures; (iv) emitir partes beneficiárias; (v) assumir novas dívidas, observadas as ressalvas expressamente previstas nas disposições aplicáveis aos contratos do BNDES; (vi) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente; e (vii) distribuir dividendos superiores ao mínimo obrigatório, em algumas controladas.

Adicionalmente, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato, e exigir imediatamente a dívida, nas hipóteses de inadimplemento das obrigações assumidas perante o mesmo pela empresa beneficiária do crédito, suas subsidiárias, intervenientes, ou entidade integrante do Grupo Econômico ao qual a empresa pertença. Outra hipótese de vencimento antecipado é quando ocorre modificações do controle efetivo, direto ou indireto da empresa beneficiária do crédito sem a autorização prévia do banco. Além destes, outros eventos que afetem a capacidade de operação do projeto, ou que afetem as garantias cedidas ao banco, habitualmente são também hipóteses de vencimento antecipado.

Ainda, itens mais abrangentes como sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente também são situações que implicam em vencimento antecipado destes tipos de instrumentos financeiros.

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas. Os compromissos são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

b) Debêntures

	Dívida	*Covenants*
Controladora	5ª, 6ª, 7ª e 9ª emissões	(i)Consolidado: Ebitda/despesas financeiras ≥ 2,0 (ii)Consolidado: Dívida bruta/Ebitda ≤ 4,5
Jaguara e Miranda	1ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,10
Pampa Sul	2ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,10[1]

(1) Maior ou igual a 1,1 para fins de vencimento antecipado e maior ou igual a 1,2 para fins de distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, exceto dividendos mínimos estatutários.

Adicionalmente aos compromissos financeiros descritos na tabela, nos termos das escrituras de emissão das debêntures, a Companhia não pode incorrer nas condicionantes descritas a seguir, sob pena de vencimento antecipado, estando elencados os itens de maior restrição nas emissões de debêntures ativas na Companhia: (i) inadimplemento por prazo superior a 2 dias úteis de obrigações pecuniárias previstas na escritura de emissão das debêntures; (ii) descumprimento de obrigação não pecuniária por prazo superior a 10 dias úteis, ou na hipótese de notificação remetida pelo Agente Fiduciário, após 5 dias úteis da referida comunicação, conforme previsto na escritura de emissão das debêntures; (iii) não pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias que, individual ou em conjunto, sejam iguais ou superiores a R$ 100 milhões para a 5ª e 6ª emissões, R$ 120 milhões para a 7ª, e 9ª emissões, R$ 250 milhões para a 10ª emissão e R$ 50 milhões para as controladas; (iv) vencimento antecipado de qualquer dívida cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R$ 100 milhões para a 5ª e 6ª emissões, R$ 120 milhões para a 7ª e 9ª emissões , R$ 250 milhões para a 10ª emissão e R$ 50 milhões para as controladas; (v) protesto de títulos de responsabilidade da Companhia ou qualquer de suas controladas cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R$ 100 milhões para a 5ª e 6ª emissões, R$ 120 milhões para a 7ª, e 9ª emissões, R$ 250 milhões para a 10ª emissão e R$ 50 milhões para as controladas, não sanado em 5 dias úteis do recebimento da notificação de protesto; (vi) liquidação, dissolução, extinção ou qualquer forma de reorganização societária das controladas da Companhia e da própria Companhia, exceto se a(s) sociedade(s) sucessória(s) forem, também, controladas, direta ou indiretamente, por empresa do grupo econômico no qual a Companhia está inserida e seus ativos sejam mantidos no grupo econômico da Companhia e cumulativamente não acarrete em redução da classificação de risco da Companhia abaixo de AA (duplo A), em escala local, pela Standard & Poor´s Fitch, ou nota equivalente pela Moodys; (vii) pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência ou qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência da Companhia ou de suas controladas; (viii) requerimento ou decretação de falência da Companhia ou de suas controladas, exceto se tal requerimento for contestado e houver comprovação de depósito elisivo no prazo legal, se aplicável; (ix) cisão, fusão, incorporação ou qualquer tipo de reorganização societária da Companhia, exceto se: (ix.i) a alteração for aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas; (ix.ii) for garantido o direito de resgate aos debenturistas que não concordarem com a reorganização; ou (ix.iii) a sociedade sucessora for controlada, direta ou indiretamente, por empresa do mesmo grupo econômico da Companhia e seus ativos sejam mantidos no grupo econômico da Companhia e cumulativamente não acarrete em redução da classificação de risco da Companhia abaixo de AA (duplo A), em escala local, pela Standard & Poor´s Fitch, ou nota equivalente pela Moodys; (x) alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia, exceto se tal alteração não acarretar em redução da classificação de risco da Companhia; (xi) alienação, inoperância ou paralisação prolongada ou qualquer outra forma de disposição, pela Companhia, de ativos permanentes que representem, de forma individual ou agregada, 25% da capacidade de geração de energia elétrica da Companhia, e que comprovadamente afete a capacidade econômico-financeira da Companhia; (xii) intervenção ou perda da concessão/autorização que represente mais de 25% de sua capacidade instalada, e que comprovadamente afete a capacidade econômico financeira da Companhia para as emissões da Companhia e perda do Contrato de Concessão, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de ciência de qualquer desses eventos, a Emissora comprove que houve decisão favorável à reversão do cancelamento, suspensão, revogação, encampação, caducidade ou extinção ou obteve medida liminar garantindo a continuidade da prestação dos serviços e desde que referida liminar não seja cassada para as controladas; (xiii) transformação do tipo societário da Companhia; (xiv) redução do capital social da Companhia, exceto se aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas; (xv) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures; (xvi) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros dos direitos e das obrigações assumidas com a emissão das debêntures, sem que haja a prévia autorização dos debenturistas; (xvii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorização, concessões, subvenções, alvarás ou licenças necessárias para o exercício das atividades da Companhia que implique na interrupção ou suspensão de 25% da capacidade de geração da Companhia e cause um efeito significativo na capacidade da Companhia cumprir com as obrigações advindas da Escritura de emissão das debêntures; (xviii) não cumprimento de qualquer decisão judicial, administrativa ou sentença judicial, transitada em julgado e que não caiba recurso ou sentença arbitral não sujeita a recurso, em valor individual ou agregado igual ou superior a R$ 100 milhões para a 5ª e 6ª emissões, R$ 120 milhões para a 7ª e 9ª emissões, R$ 250 milhões para a 10ª emissão e R$ 50 milhões para as controladas; (xix) não manutenção de classificação de risco corporativo igual ou superior a AA, em escala local, pela Standard & Poor's, Fitch ou nota equivalente pela Moody's; e (xx) não utilização dos recursos provenientes da emissão das debêntures conforme descrito na Escritura de emissão da mesma.

Os *covenants* financeiros e restrições estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em abril de 2022 foi liberado o montante de R$ 79 milhões, referente ao financiamento da controladora indireta Gralha Azul com o BNDES, contratado em 2020. Em 2020, foi liberado o montante de R$ 602 milhões e em 2021 R$ 800 milhões, com a liberação ocorrida em 2022 a Companhia totalizou R$ 1.481 milhões – 100,0%. Os recursos foram destinados ao financiamento da construção do sistema de transmissão.

Em abril de 2020, as controladas indiretas que compõem o Conjunto Eólico Campo Largo II, contrataram financiamento com o BNDES, no valor de R$ 1.243 milhões. Em 2020, foi liberado o montante de R$ 862 milhões e em 2021 R$ 369 milhões, totalizando R$ 1.231 milhões – 99,0%. Os recursos foram destinados ao financiamento da construção das centrais geradoras eólicas do Conjunto Eólico Campo Largo II.

Em junho de 2020, a controlada indireta Novo Estado, contratou financiamentos com o BNDES, no valor de R$ 1.710 milhões. Em 2020 foi liberado o montante de R$ 755 milhões, R$ 910 milhões em 2021 e R$ 45 milhões em 2022, ou seja, foi liberado o percentual total em 2022. Adicionalmente, em agosto de 2020, a controlada indireta Novo Estado, contratou financiamento com o Banco da Amazônia S.A. (BASA), no valor de R$ 800 milhões. Em 2022 foi liberado o montante de R$ 70 milhões que, adicionado à liberação ocorrida em 2021 no montante de R$ 730 milhões, completou a liberação do montante total contratado. Os recursos foram destinados ao financiamento da construção do sistema de transmissão.

Em novembro de 2021, a Companhia, por meio das controladas indiretas que compõem o Conjunto Eólico Santo Agostinho – Fase I, contratou financiamento com o BNDES, no valor total de R$ 1.473 milhões. Em 2022 foi liberado o montante de R$ 606 milhões – 41,1%. Os recursos serão destinados ao financiamento da construção das centrais geradoras eólicas do conjunto.

Em dezembro de 2022, a Companhia, contratou financiamento com o BNDES no valor total de R$ 1.500 milhões. O prazo para liberação da totalidade dos recursos é agosto de 2025. Os recursos serão destinados ao financiamento da construção do Projeto Assuruá. A primeira liberação está prevista para acontecer em março de 2023 no valor de R$ 500 milhões.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

h.1) Análise comparativa entre os resultados relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 preparadas de acordo com o IFRS e os CPC:

Em R$ milhões	2022	% da receita	2021	% da receita	2022 versus 2021 (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**11.907**	**100,0**	**12.541**	**100,0**	**(5,1)**
CUSTOS OPERACIONAIS	**(6.317)**	**(53,1)**	**(6.629)**	**(52,9)**	**(4,7)**
LUCRO BRUTO	**5.590**	**46,9**	**5.912**	**47,1**	**(5,4)**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(27)	(0,2)	(29)	(0,2)	(6,9)
Despesas gerais e administrativas	(339)	(2,8)	(301)	(2,4)	12,6
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos, líquida	(67)	(0,6)	(1.076)	(8,6)	(93,8)
Alienação de subsidiária	(84)	(0,7)	(200)	(1,6)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1	-	(9)	(0,1)	(111,1)
	(516)	**(4,3)**	**(1.615)**	**(12,9)**	**(68,0)**
Resultado de Participações Societárias					
Equivalência patrimonial	727	6,1	602	4,8	**20,8**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**5.801**	**48,7**	**4.899**	**39,1**	**18,4**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	585	4,9	281	2,2	108,2
Despesas financeiras	(2.373)	(19,9)	(2.310)	(18,4)	2,7
Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público)	(727)	(6,1)	(1.050)	(8,4)	(30,8)
	(2.515)	**(21,1)**	**(3.079)**	**(24,6)**	**(18,3)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**3.286**	**27,6**	**1.820**	**14,5**	**80,5**
Imposto de renda e contribuição social	(621)	(5,2)	(255)	(2,0)	143,5
LUCRO LÍQUIDO	**2.665**	**22,4**	**1.565**	**12,5**	**70,3**
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - EM REAIS	**3,26**		**1,92**		

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida passou de R$ 12.541 milhões em 2021 para R$ 11.907 milhões em 2022, ou seja, redução de R$ 634 milhões (5,1%). Essa variação foi reflexo, principalmente, dos seguintes fatores:

(i) Aumento na geração e venda de energia do portfólio de R$ 951 milhões (11,1%), motivado, substancialmente, pelos seguintes efeitos positivos: (i.i) R$ 1.187 milhões na receita com contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre, resultado da combinação das variações de quantidade de energia vendida e do preço médio líquido de vendas; e (i.ii) R$ 37 milhões na receita de indenizações. Esses efeitos foram parcialmente atenuados por decréscimos de: (i.iii) R$ 214 milhões nas transações realizadas no mercado de curto prazo, principalmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), mais detalhes podem ser obtidos em "Detalhamento das Operações de Curto Prazo"; e (i.iv) R$ 71 milhões na remuneração dos ativos financeiros de concessão correspondentes à parcela do pagamento pela outorga das concessões das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda referente à energia destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), pela menor inflação entre os períodos analisados. Adicionalmente, ocorreu (ii) queda de R$ 1.133 milhões (40,0%) no segmento de transmissão e (iii) redução de R$ 428 milhões (38,5%) no segmento de *trading* oriundo, principalmente, das reduções da receita das operações realizadas.

Geração e venda de energia do portfólio

- Preço médio líquido de venda

O preço médio de venda de energia, líquido dos encargos sobre a receita e operações de trading, atingiu R$ 222,85/MWh em 2022, 11,5% superior ao praticado em 2021, que foi de R$ 199,79/MWh.

A elevação do preço foi motivada, substancialmente, pela atualização monetária dos contratos vigentes, pela redução dos ressarcimentos previstos nos contratos no ambiente regulado e pela aquisição dos Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu, ativos com energia contratada a preços superiores à média do restante do portfólio da Companhia. Estes efeitos foram parcialmente atenuados pela redução nos preços do mercado de curto prazo em operações realizadas, principalmente, com comercializadoras, dada a expressiva queda do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em comparação aos períodos anteriores, em decorrência da melhor hidrologia verificada durante o ano de 2022.

- Volume de vendas

A quantidade de energia vendida em contratos, líquida de operações de trading em 2022 foi de 37.932 GWh (4.330 MW médios), contra 36.365 GWh (4.151 MW médios) registrados em 2021, incremento de 1.567 GWh (179 MW médios) ou 4,3%.

O aumento foi motivado, substancialmente, pela maior disponibilidade de energia devido ao cenário hídrico mais favorável durante o ano de 2022, quando comparado com o ano de 2021, e pela aquisição dos Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu. Adicionalmente, a alienação da subsidiária Diamante Geração de Energia Ltda. ("Diamante" ou "Sociedade"), ocorrida em 18 de outubro de 2021, não acarretou variação relevante na quantidade de energia vendida, em razão de contrato de compra de energia firmado entre a Companhia e a Sociedade.

Custos operacionais

Em 2022, os custos operacionais atingiram R$ 6.317 milhões, inferiores em R$ 312 milhões (4,7%) aos custos de 2021, de R$ 6.629 milhões. Esta variação foi reflexo da combinação dos seguintes fatores: (i) acréscimo de R$ 1.586 milhões (54,3%) no segmento de geração e venda de energia do portfólio; (ii) decréscimo de R$ 1.424 milhões (55,5%) nos custos do segmento de transmissão; (iii) redução de R$ 426 milhões (38,9%) nos custos de operações de *trading* de energia; e (iv) diminuição de R$ 48 milhões (94,1%) nos custos de venda e instalação de painéis solares.

Da variação observada no item (i), destaca-se o impacto da recuperação de custos passados de energia decorrente da repactuação do risco hidrológico de que tratam as Leis nº 14.052/2020 e nº 14.182/2021, a qual, foi registrada em 2021 o montante de R$ 1.591 milhões.

Tais variações decorreram, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

	Custos por Segmento em 2022				
Em R$ milhões	**Geração**	**Transmissão**	***Trading***	**Painéis solares**	**Consolidado**
Compras de energia	1.700	-	666	-	2.366
Custos de construção	-	1.120	-	-	1.120
Depreciação e amortização	953	-	-	-	953
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	625	-	-	-	625
Materiais e serviços de terceiros	417	17	-	-	434
Pessoal	236	-	-	-	236
Royalties	154	-	-	-	154
Combustíveis para geração	115	-	-	-	115
Seguros	90	1	-	-	91
Transações no mercado de curto prazo	167	-	-	-	167
Perdas não realizadas em operações de *trading*	-	-	3	-	3
Outros custos operacionais, líquidos	48	2	-	3	53
Custos operacionais	**4.505**	**1.140**	**669**	**3**	**6.317**

	Custos por Segmento em 2021				
Em R$ milhões	**Geração**	**Transmissão**	***Trading***	**Painéis solares**	**Consolidado**
Compras de energia	1.005	-	1.087	-	2.092
Custos de construção	-	2.564	-	-	2.564
Depreciação e amortização	1.012	-	-	-	1.012
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	606	-	-	-	606
Materiais e serviços de terceiros	396	-	-	12	408
Pessoal	302	-	-	4	306
Royalties	95	-	-	-	95
Combustíveis para geração	335	-	-	-	335
Seguros	74	-	-	-	74
Transações no mercado de curto prazo	628	-	1	-	629
Perdas não realizadas em operações de *trading*	-	-	7	-	7
Repactuação do risco hidrológico	(1.591)	-	-	-	(1.591)
Outros custos operacionais, líquidos	57	-	-	35	92
Custos operacionais	**2.919**	**2.564**	**1.095**	**51**	**6.629**

	Custos por Segmento - 2022 versus 2021				
Em R$ milhões	**Geração**	**Transmissão**	***Trading***	**Painéis solares**	**Consolidado**
Compras de energia	695	-	(421)	-	274
Custos de construção	-	(1.444)	-	-	(1.444)
Depreciação e amortização	(59)	-	-	-	(59)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	19	-	-	-	19
Materiais e serviços de terceiros	21	17	-	(12)	26
Pessoal	(66)	-	-	(4)	(70)
Royalties	59	-	-	-	59
Combustíveis para geração	(220)	-	-	-	(220)
Seguros	16	1	-	-	17
Transações no mercado de curto prazo	(461)	-	(1)	-	(462)
Perdas não realizadas em operações de *trading*	-	-	(4)	-	(4)
Repactuação do risco hidrológico	1.591	-	-	-	1.591
Outros custos operacionais, líquidos	(9)	2	-	(32)	(39)
Custos operacionais	**1.586**	**(1.424)**	**(426)**	**(48)**	**(312)**

Geração e Venda de Energia do Portfólio

- **Compras de energia:** Na comparação anual, houve aumento de R$ 695 milhões (69,2%) nessas operações, substancialmente motivada pela combinação dos seguintes eventos: (i) R$ 703 milhões — acréscimo de 3.706 GWh (423 MW médios) na quantidade de energia comprada; e (ii) R$ 8 milhões — redução de 0,9% no preço médio líquido de compras de energia. O acréscimo do volume de compras é reflexo, principalmente, da alienação da subsidiária Diamante, com a qual foi firmado contrato de compra de energia.

- **Depreciação e amortização:** reduções de R$ 59 milhões (5,6%) entre os anos em análise, oriunda, substancialmente, da alienação da subsidiária Diamante e pela cessação da depreciação da UTE Pampa Sul em decorrência da classificação para Ativo Não Circulante Mantido para Venda. Adicionalmente, foi inversamente impactada pela entrada em operação do Conjunto Eólico Campo Largo II ao longo de 2021 e pela aquisição dos Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu.

- **Pessoal:** redução de 66 milhões (21,9%), motivado principalmente, pela alienação da subsidiária Diamante, parcialmente atenuada, por pagamento de bônus extraordinário a todos os funcionários e pelo reajuste anual da remuneração.

- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*royalties*):** elevação de R$ 59 milhões (62,1%) em decorrência, basicamente, de maior geração das usinas hidrelétricas durante o ano de 2022 e de reajuste anual.

- **Transações no mercado de energia de curto prazo:** os custos com essas transações foram inferiores em R$ 461 milhões (73,4%) no comparativo anual. Mais explicações sobre tais operações e acerca da variação podem ser obtidas em "Detalhamento das operações de curto prazo".

- **Combustíveis para geração:** decréscimo de R$ 220 milhões (65,7%) na comparação anual, decorrente da alienação da subsidiária Diamante, em outubro de 2021, impactando em redução de R$ 203 milhões. Adicionalmente, a redução dos combustíveis também foi impactada por: (i) redução de R$ 24 milhões no consumo da UTE Pampa Sul, decorrente das paradas para manutenções na Usina ao longo do ano; e (ii) aumento de R$ 7 milhões no consumo da Usina de Cogeração Lages.

- **Materiais e serviços de terceiros:** elevação de R$ 21 milhões (5,3%) entre os anos. Os principais motivadores decorrem de: (i) acréscimos nos custos de manutenção e melhorias relacionados a GAG das UHEs de Jaguara e Miranda; (ii) aumentos nos custos de O&M oriundos da entrada em operação do Conjunto Eólico Campo Largo II ao longo de 2021; e (iii) acréscimo de transportes de materiais e equipamentos na UTE Pampa Sul.

- **Seguros:** aumento de R$ 16 milhões (21,6%) na comparação anual decorrente, substancialmente, do acréscimo de gastos com franquias.

- **Repactuação do risco hidrológico:** a Companhia reconheceu o montante de R$ 1.591 milhões no ano de 2021 como complemento ao valor já reconhecido em períodos anteriores referente à repactuação do risco hidrológico.

Resultado operacional do segmento de transmissão de energia

A Companhia é a responsável primária pela construção e instalação de infraestrutura relacionada à concessão dos Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado e Gavião Real, e está exposta aos riscos e benefícios dessas construções. Desta forma, com base nas práticas contábeis vigentes, a Companhia reconhece receita de implementação de infraestrutura de transmissão, ao longo da implantação, em montante correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos relacionados com a gestão da construção. Os gastos incorridos na construção estão reconhecidos no custo da infraestrutura de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) é recebida a partir da entrada em operação comercial do sistema de transmissão. Dessa forma, só há entrada de recursos advindos da atividade operacional a partir deste momento. Até o final de 2022, os Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado tiveram autorizações adicionais do Operador Nacional do Sistema (ONS) de entradas em operação comercial parciais, o que representa, 94% e 49% dos ativos em operação comercial, respectivamente.

O resultado bruto do segmento de transmissão de energia atingiu R$ 563 milhões em 2022, R$ 291 milhões (107,0%) superior ao resultado de 2021 de R$ 272 milhões.

A variação decorre, principalmente, do reconhecimento de perdas em 2021 em maior montante quando comparado com 2022, em função, principalmente, do aumento naquele ano dos investimentos previstos para a implantação dos sistemas de transmissão, parcialmente atenuada pelo aumento da receita de remuneração de infraestrutura de transmissão, haja vista a elevação do saldo destes ativos entre os períodos comparados.

O valor de RAP, líquida de PIS e Cofins, recebida em 2022 foi de R$ 355 milhões, sendo R$ 33 milhões de receita de serviços prestados e R$ 322 milhões de amortização do ativo de contrato. Adicionalmente, os demais custos operacionais, as despesas com vendas, gerais e administrativas e as outras receitas operacionais líquidas no ano foram de, respectivamente, R$ 20 milhões, R$ 13 milhões e R$ 22 milhões.

Resultado operacional do segmento de *trading* de energia

A Companhia atua no mercado de *trading* de energia, a fim de auferir resultados por meio da variação de preços de energia, dentro de limites de risco pré-estabelecidos. As operações de *trading* são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo, devido principalmente ao fato de que não há compromisso de realizar o fechamento das operações de compra e de venda, havendo flexibilidade para gerenciar os contratos para obtenção de resultados por variações de preços no mercado.

Na comparação entre os anos, o resultado bruto apresentou decréscimo de R$ 2 milhões (11,1%), passando de R$ 18 milhões em 2021 para R$ 16 milhões em 2022, decorrente, substancialmente, do efeito negativo da marcação a mercado de R$ 23 milhões. Esse efeito foi parcialmente reduzido pelo impacto positivo de R$ 21 milhões das transações de compra e venda de energia realizadas e do saldo de energia liquidado na CCEE.

Detalhamento das operações de curto prazo

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia cujo objetivo principal é a gestão da exposição da Companhia na CCEE. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal, portanto, de curto prazo, dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas ao PLD, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados numa fatura única (a receber ou a pagar), exigindo, portanto, seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cumpre ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura dos períodos em análise, sendo esse o motivo para a criação deste tópico. Assim, permite analisar oscilações dos principais elementos, apesar de terem sido alocados ora na receita, ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do Fator de Ajuste da Energia Assegurada (GSF — Generation Scaling Factor), que ocorre quando a geração das usinas que integram o MRE, em relação à energia alocada, é menor ou maior (Energia Secundária); (iii) do chamado "risco de submercado"; (iv) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (v) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (vi) naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que será liquidada ao valor do PLD.

No acumulado de 2022, o resultado líquido, fruto de transações de curto prazo, foi positivo em R$ 185 milhões, acréscimo de R$ 220 milhões em relação ao resultado negativo de R$ 35 milhões do ano de 2021, sendo R$ 247 milhões de aumento no resultado das transações no segmento de geração e venda de energia do portfólio e R$ 27 milhões de redução no resultado das transações de trading de energia.

Essas variações foram consequência, fundamentalmente, dos seguintes fatores: (i) impacto positivo do maior Fator de Ajuste do MRE (GSF) registrado em 2022, em razão do maior volume de energia produzido no MRE, atenuado pela relevante redução do PLD durante o ano de 2022 em comparação ao ano de 2021, o que resultou em variação positiva entre os períodos em análise; (ii) redução do impacto financeiro de operações de curto prazo em 2022, quando comparado com 2021, pelas mesmas razões supramencionadas no item (i); (iii) decréscimo do resultado com geração térmica, devido à alienação da subsidiária Diamante; e (iv) efeito positivo do MRE, em virtude da maior geração hidrelétrica.

Em dezembro de 2021, a Aneel estabeleceu os limites máximo e mínimo do PLD para o ano de 2022 em R$ 646,58/MWh e R$ 55,70/MWh, respectivamente. A tabela a seguir apresenta os valores médios do PLD para os submercados nos quais a Companhia atua, por MWh.

PLD médio em R$/MWh	2022	2021	Var. (%)
Sul	58,99	280,37	(79,0%)
Sudeste/Centro-Oeste	58,99	279,61	(78,9%)
Nordeste	58,51	269,58	(78,3%)

Receitas (despesas) operacionais

- **Provisão para redução ao valor recuperável (*Impairment*):** Na comparação entre 2021 e 2022, o *impairment*, líquido de reversão reduziu R$ 1.009 milhões (93,8%), passando de R$ 1.076 milhões em 2021 para R$ 67 milhões em 2022. A variação é explicada dos seguintes efeitos em 2021, não recorrentes: (i) reconhecimento de *impairment* em decorrência da intenção firme de venda das subsidiárias UTE Pampa Sul e ENGIE Geração Solar Distribuída (EGSD), cuja avaliação preliminar dos valores de venda foi inferior aos seus valores contábeis; parcialmente atenuado pela (ii) reversão de *impairment* da subsidiária Diamante, o qual foi realizado em virtude da venda, ocorrida em 18 de outubro de 2021 e (iii) reconhecimento de *impairment* da subsidiária Diamante, em razão da evolução do seu processo de venda. No ano de 2022 a Companhia complementou o *impairment* da UTE Pampa Sul no montante de R$ 125 milhões e reverteu R$ 118 milhões referente à EGSD, em virtude da venda, ocorrida em 21 de fevereiro de 2022.

- **Alienação de subsidiária:** Em decorrência da estratégia de descarbonização da Companhia, em 18 de outubro de 2021, foi concluída a operação de venda da subsidiária Diamante. Nesta data, a sociedade deixou de ser controlada pela Companhia, passando também a não ser consolidada. O resultado com a alienação do ativo, líquido dos custos de venda, foi negativo em R$ 200 milhões. Em 21 de fevereiro e 1º de setembro de 2022, foram concluídas as operações de venda das participações societárias que a Companhia possuía nas subsidiárias EGSD e Norte Catarinense. Nestas datas, as sociedades deixaram de ser controladas pela Companhia, passando também a não serem consolidadas. O resultado com a alienação da EGSD, líquido dos custos de venda (R$ 94 milhões), e reversão do *impairment* (R$ 118 milhões), foi positivo em R$ 24 milhões. O resultado com a alienação da Norte Catarinense, líquido dos custos de venda, foi positivo em R$ 10 milhões.

- **Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas:** No ano de 2022, o segmento de transmissão reconheceu o montante de R$ 20 milhões oriundo do ajuste positivo de preço da aquisição de Novo Estado Transmissora de Energia, ajuste que ocorreu após o período de 12 meses de mensuração da combinação de negócios, motivo pelo qual foi registrado no resultado da Companhia. O segmento de Geração reconheceu R$ 22 milhões negativos os quais referem-se, substancialmente, à baixa de ativos da UTE Pampa Sul, decorrente de manutenções realizadas no ano de 2022.

Resultado de Equivalência Patrimonial – Transporte de Gás

A TAG é uma controlada em conjunto da EBE, motivo pelo qual não é consolidada nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo seus efeitos reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, a Companhia possui 32,5% de participação societária direta na TAG.

O resultado de equivalência patrimonial da TAG nos anos em análise é composto pelos seguintes itens:

A Companhia possui 32,5% de participação societária direta na TAG. O resultado de equivalência patrimonial da TAG dos anos de 2022 e 2021 é composto pelos seguintes itens:

	2022		2021	
DRE – em R$ milhões	100%	Participação da Companhia	100%	Participação da Companhia
Receita operacional líquida	8.426	2.738	7.071	2.298
Custos dos serviços prestados	(2.722)	(885)	(2.471)	(803)
Lucro bruto	**5.704**	**1.853**	**4.600**	**1.495**
Despesas gerais e administrativas	(192)	(62)	(169)	(55)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	**5.512**	**1.791**	**4.431**	**1.440**
Resultado financeiro	(2.102)	(683)	(1.620)	(526)
Lucro antes dos impostos	**3.410**	**1.108**	**2.811**	**914**
Imposto de renda e contribuição social	(1.172)	(381)	(959)	(312)
Lucro líquido da TAG	**2.238**	**727**	**1.852**	**602**

Com a finalidade de possibilitar a reconciliação do lucro líquido com o Ebitda da TAG, apresentamos a tabela abaixo:

	2022		2021	
Ebitda – em R$ milhões	**100%**	**Participação da Companhia**	**100%**	**Participação da Companhia**
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	**5.512**	**1.791**	**4.431**	**1.440**
Depreciação e amortização	672	218	669	217
Amortização da mais valia	914	297	916	298
Ebitda	**7.098**	**2.306**	**6.016**	**1.955**
Margem Ebitda	**84,2%**		**85,1%**	

Entre os anos comparados, o resultado de equivalência patrimonial aumentou R$ 125 milhões (20,8%), passando de R$ 602 milhões para R$ 727 milhões, respectivamente.

A variação foi consequência, substancialmente, da combinação dos seguintes efeitos: (i) R$ 351 milhões de acréscimo no Ebitda devido, principalmente, à atualização das tarifas de transporte e ao encerramento do contrato de O&M com a Transpetro, em junho de 2022, sendo assumido pela Esom, uma empresa do Grupo ENGIE no Brasil. Este aumento foi parcialmente atenuado pela variação cambial sobre um dos contratos de transporte; (ii) aumento da despesa financeira líquida, de R$ 156 milhões, oriundo, substancialmente, pelo acréscimo do CDI entre os anos em análise; e (iii) elevação de R$ 69 milhões, nas despesas de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL), em virtude, basicamente do aumento do lucro antes dos impostos.

Balanço Patrimonial

Os principais grupos do ativo e passivo da TAG em 31 de dezembro de 2022 e 2021 eram estes:

Balanço Patrimonial	**31.12.2022**	**31.12.2021**
ATIVO		
Ativo circulante	**2.828**	**2.079**
Caixa e equivalentes de caixa	688	439
Contas a receber de clientes	1.513	1.439
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge*	284	-
Outros ativos circulantes	343	201
Ativo não circulante	**30.585**	**31.154**
Depósitos vinculados	217	-
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge*	284	-
Outros ativos não circulantes	624	660
Imobilizado	26.706	27.742
Intangível	2.754	2.752
Total	**33.413**	**33.233**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	**4.341**	**3.707**
Instrumentos de dívida	3.974	3.377
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge*	-	11
Outros passivos circulantes	367	319
Passivo não circulante	**20.356**	**22.778**
Instrumentos de dívida	15.584	19.632
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge*	-	412
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.908	2.075
Outros passivos não circulantes	864	659
Patrimônio líquido	**8.716**	**6.748**
Total	**33.413**	**33.233**

Resultado financeiro

- **Receitas financeiras:** no comparativo entre os anos, as receitas financeiras aumentaram R$ 304 milhões (108,2%), passando de R$ 281 milhões em 2021 para R$ 585 milhões em 2022, em virtude, principalmente, do aumento na receita com aplicações financeiras no montante de R$ 313 milhões. Os acréscimos foram motivados, substancialmente, pelo aumento do CDI entre os anos analisados.

- **Despesas financeiras:** as despesas aumentaram de R$ 2.310 milhões em 2021 para R$ 2.373 milhões em 2022, ou seja, R$ 63 milhões (2,7%), resultado da combinação, principalmente, dos seguintes efeitos: (i) acréscimo de R$ 20 milhões sobre dívida, entre os anos analisados, dos quais: (i.i) aumento de R$ 350 milhões de juros, em razão, principalmente, da emissão de debêntures e contratação de empréstimos e financiamentos ao longo dos anos de 2021 e 2022; (i.ii) redução de R$ 330 milhões de atualização monetária, pela variação da inflação.

- **Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público):** as despesas de concessões a pagar reduziram R$ 323 milhões, ou seja 30,8%, passando de R$ 1.050 milhões em 2021 para R$ 727 milhões em 2022, resultado dos seguintes efeitos: (i) redução de R$ 414 milhões de atualização monetária, motivada, principalmente, pela alteração do índice inflacionário do contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, a partir de outubro de 2021, para IPCA em substituição ao IGP-M, bem como pela desaceleração do IPCA; e (ii) R$ 91 milhões de aumento pela atualização a valor presente das concessões a pagar.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

Os valores apurados de IR e CSLL, no acumulado do ano, aumentaram R$ 366 milhões (143,5%), passando de R$ 255 milhões em 2021 para R$ 621 milhões em 2022. A variação foi motivada, principalmente, pelo aumento do lucro antes do IR e CSLL entre os períodos observados. Desconsiderando os efeitos não recorrentes, as despesas com IR e CSLL, aumentaram R$ 54 milhões (7,4%).

h.2) Análise dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Em R$ milhões	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	3.285
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:	
Resultado de participações societárias	(727)
Depreciação e amortização	990
Provisão de redução ao valor recuperável de ativos, líquida	66
Juros e variação monetária	2.219
Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público)	727
Alienação de subsidiária	85
Remuneração de ativo financeiro de concessão	(485)
Remuneração de ativo de contrato	(755)
Perdas (ganhos) não realizados em operações de *trading*, líquidos	2
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	(914)
Perdas por ineficiência na construção	217
Outros	16
Lucro antes dos tributos ajustado	**4.726**
(Aumento) redução nos ativos	
Contas a receber de clientes	(47)
Crédito de imposto de renda e contribuição social	26
Depósitos vinculados e judiciais	60
Ativo financeiro de concessão	328
Ativo de contrato	323
Outros ativos	(16)
(Redução) aumento nos passivos	
Fornecedores	(128)
Obrigações fiscais e regulatórias	18
Obrigações trabalhistas	(9)
Obrigações com benefícios de aposentadoria	(42)
Outros passivos	(347)
Caixa gerado pelas operações	**4.892**
Pagamento de juros sobre dívidas, líquido de *hedge*	(1.066)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(488)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**3.338**

Continua na próxima página

Em R$ milhões	Continuação 2022
Atividades de investimento	
Dividendos recebidos de controladas e controladas em conjunto	504
Aquisição de subsidiárias	(660)
Caixa e equivalentes de caixa de subsidiária adquirida	200
Aplicação no imobilizado e no intangível	(1.529)
Alienação de subsidiárias	25
Pagamento de obrigações vinculadas à aquisição de ativos	(50)
Recebimento pela alienação de subsidiária, líquido dos custos de venda	75
Caixa e equivalentes de subsidiária em processo de alienação	(62)
Concessões a pagar (Uso de Bem Público)	(290)
Outros	2
Caixa líquido das atividades de investimento	**(1.785)**
Atividades de financiamento	
Captação de instrumentos de dívida	789
Pagamento de instrumentos de dívida, líquidas de *hedge*	(3.490)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(2.286)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	514
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(4.473)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(2.920)**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa	
Saldo inicial	5.156
Saldo final	2.236
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(2.920)**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R$ 2.236 milhões e R$ 5.156 milhões, em 31.12.2022 e 31.12.2021, respectivamente. Com isso, a Companhia apresentou redução de caixa e equivalentes de caixa no montante de R$ 2.920 milhões entre os anos citados. Esta variação é resultado das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, mais detalhes do comportamento das principais variações a seguir:

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Em 2022, a geração de caixa das atividades operacionais foi de R$ 3.338 milhões. Este montante foi reflexo, principalmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) lucro antes dos tributos ajustado pelas transações sem efeito caixa de R$ 4.726 milhões; (ii) R$ 328 milhões de recebimento da Receita Anual de Geração (RAG) do ativo financeiro de concessão; (iii) R$ 323 milhões na variação de ativo de contrato, sendo R$ 322 milhões de recebimento da RAP (Receita Anual Permitida) construção; (iv) R$ 347 milhões de redução de outros passivos, dos quais, R$ 304 milhões referem-se à realização dos ressarcimentos às distribuidoras da controlada direta Pampa Sul; (v) pagamento de juros sobre dívidas, líquido de *hedge* no montante de R$ 1.066 milhões; e (vi) pagamento de imposto de renda e contribuição social R$ 488 milhões.

Caixa líquido das atividades de investimento

A Companhia, em 2022, consumiu o montante de R$ 1.785 milhões em suas atividades de investimentos, sendo os principais itens: (i) aplicação de R$ 1.529 milhões no imobilizado e no intangível; (ii) R$ 660 milhões investidos na aquisição de subsidiárias, destes, R$ 656 milhões referem-se aos Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu e R$ 4 milhões à Maracanã Geração de Energia e Participações S.A.; e (iii) R$ 290 milhões referentes às amortizações de concessões (Uso de Bem Público). Os efeitos negativos foram parcialmente atenuados pelos seguintes efeitos positivos: (i) Recebimento de R$ 504 milhões de dividendos da controlada em conjunto TAG; e (ii) aumento de R$ 200 milhões no caixa e equivalentes de caixa oriundos da aquisição dos Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu.

Caixa líquido das atividades de financiamento

O caixa líquido oriundo das atividades de financiamento consumiu o montante de R$ 4.473 milhões, as principais atividades foram o pagamento de instrumentos de dívida, líquidas de *hedge*, no montante de R$ 3.490 milhões, e R$ 2.286 milhões de pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio. Estes itens foram atenuados pela (i) captação de R$ 789 milhões de instrumentos de dívida, as principais liberações, líquidas dos custos de captação, foram: (i.i) R$ 588 milhões das controladas indiretas que compõem o Conjunto Eólico Santo Agostinho; (i.ii) R$ 115 milhões da controlada indireta Novo Estado Transmissora de Energia S.A.; e (i.iii) R$ 77 milhões da controlada indireta Gralha Azul Transmissão de Energia S.A.; e (ii) variação positiva de R$ 514 milhões de depósitos vinculados ao serviço da dívida, motivada principalmente pelo resgate de aplicações vinculadas a empréstimos liquidados ao longo de 2022.

2.2 Comentários dos Diretores sobre:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A composição da receita operacional líquida da Companhia é a seguinte:

	2022		2021	
Em R$ milhões	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Distribuidoras de energia elétrica	4.181	35,0	3.481	27,9
Consumidores livres	3.412	28,7	3.143	25,1
Comercializadoras de energia elétrica	859	7,2	641	5,1
Remuneração dos ativos financeiros de concessão	485	4,1	556	4,4
Transações no mercado de curto prazo	351	2,9	565	4,5
Receita de serviços prestados	138	1,2	129	1,0
Indenizações	43	0,4	6	-
Outras receitas	43	0,4	40	0,3
Geração e venda de energia elétrica de portfólio	**9.512**	**79,9**	**8.561**	**68,3**
Receita de implementação de infraestrutura de transmissão	915	7,7	2.155	17,2
Remuneração de ativo de contrato	755	6,3	681	5,4
Receita de serviços prestados	33	0,3	-	-
Transmissão	**1.703**	**14,3**	**2.836**	**22,6**
Operações de *trading* de energia	683	5,7	1.056	8,5
Transações no mercado de curto prazo	1	-	29	0,2
Ganhos não realizados em operações de trading	1	-	28	0,2
***Trading* de energia**	**685**	**5,7**	**1.113**	**8,9**
Painéis solares	**7**	**0,1**	**31**	**0,2**
	11.907	**100,0**	**12.541**	**100,0**

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita operacional líquida entre os exercícios findos em 31.12.2021 e 31.12.2020

A receita operacional líquida passou de R$ 12.541 milhões em 2021 para R$ 11.907 milhões em 2022, ou seja, redução de R$ 634 milhões (5,1%). Essa variação foi reflexo, principalmente, dos seguintes fatores:

Geração e venda de energia elétrica de portfólio

Receita de Venda de Energia Elétrica

- **Distribuidoras de energia elétrica:**

Em 2022, a receita de venda a distribuidoras atingiu R$ 4.181 milhões, aumento de R$ 700 milhões (20,1%) em relação ao exercício de 2021, quando foi de R$ 3.481 milhões. Esse acréscimo é explicado pelos seguintes itens: (i) R$ 619 milhões — incremento de 17,8% no preço médio líquido de vendas; e (ii) R$ 81 milhões — aumento de 307 GWh (36 MW médios) na quantidade vendida.

O aumento do preço médio líquido de vendas no segmento foi motivado, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) pela redução dos ressarcimentos previstos nos contratos no ambiente regulado; (ii) pela atualização monetária dos preços de venda nos períodos em comparação; e (iii) pela aquisição dos Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu que possuem preços de venda de energia acima do preço médio de venda do restante do portfólio da Companhia.

O acréscimo no volume de vendas entre os períodos comparados é consequência, principalmente, pela aquisição dos Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu.

- **Consumidores livres**

Em 2022, a receita de venda a consumidores livres alcançou R$ 3.412 milhões, montante R$ 269 milhões (8,6%) superior aos R$ 3.143 milhões verificados em 2021. Esse acréscimo decorre da elevação de 9,3% no preço médio líquido de vendas (+ R$ 292 milhões), atenuado pela redução de 128 GWh (15 MW médios) no volume de energia vendida (- R$ 23 milhões).

O acréscimo no preço médio líquido de vendas nesse segmento foi motivado, principalmente, pela atualização monetária dos contratos vigentes e pela maior participação de contratos de energia incentivada no portfólio. Já a variação na quantidade de energia vendida, deve-se, principalmente, pelo encerramento de contratos de fornecimento e pela redução da disponibilização de energia elétrica para venda.

- **Comercializadoras de energia elétrica**

Em 2022, a receita de venda a comercializadoras foi de R$ 859 milhões, R$ 218 milhões (34,0%) superior à auferida em 2021, que foi de R$ 641 milhões. Essa elevação é resultado do aumento de 1.388 GWh (158 MW médios) no volume de energia vendida (+ R$ 232 milhões), parcialmente afetado pela redução de 2,2% no preço médio líquido de vendas (- R$ 14 milhões).

O acréscimo da quantidade entre os períodos analisados decorre, principalmente, de novos contratos firmados para a gestão do portfólio da Companhia. A redução do preço ocorreu, basicamente, pela queda nos preços do mercado de curto prazo, atrelados ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) que foram substancialmente inferiores aos registrados nos períodos comparativos, decorrente da melhor hidrologia verificada durante o ano de 2022, ligeiramente suavizado pela atualização monetária dos contratos vigentes.

- ***Transações no mercado de energia de curto prazo***

Em 2022, houve decréscimo de R$ 214 milhões (37,9%) na receita auferida no mercado de curto prazo, passando de R$ 565 milhões em 2021 para R$ 351 milhões em 2022. Mais explicações sobre tais operações e acerca da variação podem ser obtidas em “Detalhamento das operações de curto prazo” no item 2.1 desta Proposta da Administração.

- ***Remuneração dos ativos financeiros de concessões***

Os ativos financeiros de concessões representam o valor presente dos fluxos de caixa futuros da parcela da energia destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda, equivalente a 70% da garantia física destas usinas. Esses ativos são remunerados pela taxa interna de retorno e pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A remuneração dos ativos financeiros de concessões passou de R$ 556 milhões em 2021 para R$ 485 milhões em 2022, redução de R$ 71 milhões (12,8%). A variação foi motivada, substancialmente, pela redução do IPCA entre os períodos em comparação.

- ***Receita de serviços prestados - Gestão dos Ativos de Geração (GAG)***

Ainda com referência às Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda, para a energia vendida no ACR, também como parte da Receita Anual de Geração (RAG), as empresas recebem a parcela referente à Gestão dos Ativos de Geração (GAG), para cobertura dos custos com Operação e Manutenção (O&M), além de gastos com melhorias e investimentos durante o prazo de concessão.

Em bases anuais, houve acréscimo de R$ 9 milhões (7%) na GAG, passando de R$ 129 milhões em 2021 para R$ 138 milhões em 2022, decorrente, substancialmente, da atualização monetária dos valores.

- ***Indenizações***

Na comparação entre os anos, a receita com indenizações de fornecedores passou de R$ 6 milhões em 2021 para R$ 43 milhões em 2022, ou seja, aumento de R$ 37 milhões. Os valores envolvidos são referentes, principalmente, de multas contratuais por indisponibilidade nas usinas dos Conjuntos Eólicos Campo Largo I e Trairi.

Transmissão e Trading de energia

Transmissão: queda de R$ 1.133 milhões (40,0%) no segmento de transmissão.

Trading: redução de R$ 428 milhões (38,5%) oriundo, principalmente, das reduções da receita das operações realizadas.

Mais detalhes sobre os resultados dos segmentos de transmissão e *trading* estão comentados no item 2.1.h desta Proposta da Administração.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão mencionados a seguir. Informações complementares sobre eles foram detalhadas nos itens 2.1.h e 2.2.a.(i).

Ano de 2022 – (i) aumento da combinação das variações de quantidade de energia vendida e do preço médio líquido de venda; (ii) redução no reconhecimento de *impairment* entre os períodos; (iii) redução nas despesas de concessões a pagar motivada pela desaceleração dos índices de correção; (iv) aumento no resultado bruto do segmento de transmissão de energia; (v) redução dos custos com combustível próprio; (vi) aumento positivo no resultado das transações realizadas no mercado de curto prazo; (vii) maior resultado de participação societária em controlada em conjunto – TAG; e (viii) redução do resultado negativo de alienação de subsidiárias. Os efeitos positivos foram parcialmente atenuados pelos seguintes efeitos negativos: (i) impacto negativo da repactuação do risco hidrológico, haja vista o efeito positivo registrado em 2021, sem efeito em 2022; (ii) aumento do volume de compras de energia; e (iii) redução na receita de ativos financeiros de concessão.

Ano de 2021 – (i) recuperação de custos de energia, haja vista a repactuação do risco hidrológico, em 2021; (ii) redução do volume de compras de energia; (iii) aumento na receita de ativos financeiros de concessão; e (iv) maior resultado de participação societária em controlada em conjunto – TAG. Esses efeitos foram contrabalanceados pelos seguintes efeitos negativos: (i) aumento nos juros e variação monetária decorrente do aumento do saldo da dívida e elevação dos índices de correção e juros; (ii) reconhecimento de *impairment* das subsidiárias Pampa Sul e EGSD; (iii) reconhecimento de perdas por aumento do CAPEX e postergação da entrada em operação comercial de Gralha Azul e Novo Estado; (iv) aumento no resultado negativo das transações realizadas no mercado de curto prazo; (v) resultado da alienação da venda da subsidiária Diamante; (vi) aumento dos custos com combustível próprio e encargos de uso da rede; (vii) aumento dos custos com materiais e serviços de terceiros; e (viii) redução da combinação das variações de quantidade de energia vendida e do preço médio líquido de venda.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de venda da Companhia são suportadas por contratos com cláusulas de reajuste de preço, em grande parte, pelo IPCA e IGP-M. A receita da Companhia não possui exposição a taxas de câmbio que afete significativamente seu resultado e não foi, substancialmente, afetada pela introdução de novos produtos e serviços.

Na operação de *trading* de energia, a Companhia atua visando auferir resultados com as variações de preço da energia elétrica, dentro de limites de risco e de contrapartes pré-estabelecidos pela Administração da Companhia.

As principais variações das receitas da Companhia em decorrência de modificação de preço e alteração de volume estão explicadas no item 2.2.a (i) acima.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

c.1) inflação e variação de preços nos custos de venda de energia elétrica

Compras de energia para gerenciamento de portfólio: estas transações normalmente são realizadas por meio de contratos de médio e longo prazo, os quais possuem seus preços reajustados pelo IPCA e IGP-M. Os impactos médios negativos referentes ao reajuste de preço pelos índices de inflação foram de R$ 25 milhões e R$ 14 milhões para os exercícios de 2022 e 2021, respectivamente.

Combustível para a produção de energia elétrica: O carvão consumido pela Pampa Sul é ajustado anualmente pelo IPCA, assim como os contratos de venda de energia, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

Encargos de uso de rede elétrica e conexão: são calculados pela multiplicação do montante de uso da rede, em kW, pela tarifa estabelecida anualmente pela Aneel, com base no rateio dos custos totais de conexão e de transmissão observados, e esperados, para todo sistema, e nos índices de reajustes dos contratos de transmissão e conexão vigentes – IPCA e IGP-M. O efeito da variação desses indicadores de inflação no custo da Companhia foi de R$ 51 milhões e R$ 39 milhões nos exercícios de 2022 e 2021, respectivamente.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*royalties*): o valor corresponde a 7,0% sobre a quantidade de energia elétrica produzida, valorada por uma Tarifa Anualizada de Referência (TAR) definida pela Aneel, com base no custo de aquisição de energia pela distribuidora, revisto a cada 4 anos.

Para o exercício de 2022, a TAR teve uma variação de 10,2%, com impacto negativo no resultado da Companhia de, aproximadamente, R$ 21 milhões. No exercício de 2021, a TAR teve uma redução de 4,5%, com impacto positivo no resultado da Companhia de, aproximadamente, R$ 9 milhões.

c.2) Impactos do câmbio, da inflação e da taxa de juros no resultado financeiro da Companhia

Exposição ao câmbio

As informações referentes à exposição ao câmbio estão descritas no item 2.1 "f" (i) desta Proposta de Administração. A Companhia não possui nenhum compromisso financeiro em moeda estrangeira cuja variação cambial não esteja integralmente protegida por operação de *hedge*.

Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes

Nos anos de 2022 e 2021, a Companhia estava exposta à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, taxa DI, do IPCA e do IGP-M.

Os impactos dos juros e da variação monetária no resultado financeiro da Companhia nos exercícios de 2022 e 2021 foram estes:

Valores em R$ milhões	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	987	1.072
Debêntures	769	925
Ações preferenciais resgatáveis	74	29
Hedge de valor justo sobre empréstimos	372	157
Total de juros e variação monetária	**2.202**	**2.183**
Despesas de concessões a pagar (Uso de Bem Público)	**727**	**1.050**

2.3 Comentários dos Diretores sobre:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

2022

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia, no exercício encerrado em 31.12.2022.

2021

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia, no exercício encerrado em 31.12.2021.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve opiniões modificadas ou ênfases no relatório dos auditores independentes da Companhia relativo às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.4 Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 21.02.2022, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída a operação de venda da participação societária que a Companhia possuía na subsidiária ENGIE Geração Solar Distribuída ("EGSD"). Nesta data, a sociedade deixou de ser controlada pela Companhia, passando também a não ser consolidada. O preço de venda de 100% da participação acionária na ESGD foi de R$ 14 milhões, composto por duas parcelas: (i) R$ 3 milhões – recebidos no fechamento da operação; (ii) R$ 9 milhões – recebidos em dezembro de 2022 e (iii) até R$ 2 milhões – relacionados a ativos e passivos supervenientes, os quais serão recebidos pela EGSD e repassados à Companhia em datas futuras, e ajuste de preço na data de fechamento, líquidos de provisões estimadas para assistência técnica sob responsabilidade da ENGIE.

O *impairment* constituído em anos anteriores foi revertido juntamente com o reconhecimento da receita de venda e do custo do investimento. O *impairment* revertido foi de R$ 118 milhões. Esses efeitos, em conjunto com o reconhecimento da receita de venda (R$ 14 milhões), resultaram em um ganho reconhecido no resultado de R$ 24 milhões.

Os segmentos operacionais da Companhia refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão abaixo sumarizados:

- **Geração:** é o principal negócio da Companhia e compreende as atividades de geração e venda de energia elétrica do portfólio.
- **Transmissão:** a Companhia é a responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão dos Sistemas de Transmissão Gralha Azul, Novo Estado e Gavião Real e está exposta aos riscos e benefícios dessa construção. A atividade operacional deste segmento foi iniciada parcialmente, tendo em vista que as obras não foram totalmente finalizadas.
- ***Trading*:** este segmento visa auferir resultados por meio da variação de preços de energia, dentro dos limites de risco pré-estabelecidos. As atividades deste segmento são realizadas pelas controladas ENGIE Trading e EBC.
- **Painéis solares:** atividade de desenvolvimento, venda atacadista e varejista e a operação e a manutenção de geradores e de painéis solares realizada pela EGSD, subsidiária alienada em 21.02.2022, a partir desta data a Companhia não atuou mais no segmento de painéis solares.
- **Transporte de gás:** a Companhia também atua nos mercados de gás através de sua controlada em conjunto TAG.

2022

Os principais segmentos operacionais da Companhia são geração e venda de energia elétrica do portfólio ("Geração"), transmissão de energia elétrica ("Transmissão") e *trading* de energia elétrica ("*Trading*"). Esses segmentos concentraram 79,9%, 14,3% e 5,7%, respectivamente, das receitas operacionais líquidas consolidadas da Companhia em 2022.

O segmento de transporte de gás, por meio da controlada em conjunto TAG, é reconhecido no resultado do exercício como "Resultado de equivalência patrimonial" e representa 27,3% do lucro líquido da Companhia.

Em 2022, a Companhia não ingressou em novos segmentos e houve alienação de segmento operacional, por meio da alienação da EGSD.

2021

Os principais segmentos operacionais da Companhia são geração e venda de energia elétrica do portfólio ("Geração"), transmissão de energia elétrica ("Transmissão") e *trading* de energia elétrica ("*Trading*"). Esses segmentos concentraram 68,3%, 22,6% e 8,9%, respectivamente, das receitas operacionais líquidas consolidadas da Companhia em 2021.

O segmento de transporte de gás, por meio da controlada em conjunto TAG, é reconhecido no resultado do exercício como "Resultado de equivalência patrimonial" e representa 38,5% do lucro líquido da Companhia.

Em 2021, a Companhia não ingressou em novos segmentos e não houve alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

2022

Aquisição dos Conjuntos Fotovoltaicos Paracatu e Floresta

Em março de 2022, a Companhia adquiriu 100% das ações da Solairedirect Holding Brasil S.A. ("Solairedirect"), detentora dos Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu, e ENGIE Solar Brasil Energia e Consultoria Ltda. ("ENGIE Solar"), ambas pertencentes ao Grupo ENGIE. O Conselho de Administração da ENGIE Brasil Energia instalou um Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas (CPR), para avaliar a operação de aquisição. O CPR contratou as seguintes consultorias independentes para apoiar no processo, das quais: (i) *due diligence* legal e apoio na negociação do contrato de compra e venda; (ii) *due diligence* contábil, financeira, tributária e trabalhista; (iii) *due diligence* técnica; e (iv) consultoria para a emissão de opinião sobre a avaliação e geração de valor dos ativos (*fairness opinion*).

Após a realização das devidas *due diligences*, avaliações dos ativos e negociações dos termos e condições da operação, realizados com o apoio de consultorias especializadas contratadas pelo CPR, este enviou um relatório com sua recomendação ao Conselho de Administração, que aprovou a aquisição das empresas em reunião realizada em 14.02.2022. A conclusão da operação ocorreu após o atingimento das condições precedentes previstas no contrato, em 16.03.2022, pelo montante de R$ 656 milhões.

O Conjunto Fotovoltaico Floresta, localizado na cidade de Areia Branca/RN, possui capacidade instalada de 86 MW, tendo contratado, pelo prazo de 20 anos, com término em 31.10.2038, 25,1 MW médios ao preço de R$ 421,58/MWh (dezembro/2022), reajustado pelo IPCA, com operação comercial iniciada em dezembro de 2017.

Por sua vez, o Conjunto Fotovoltaico Paracatu, localizado em Paracatu/MG, possui capacidade instalada de 132 MW, com contrato de venda de 34,0 MW médios pelo prazo de 20 anos, com término em 31.10.2038, ao preço de R$ 429,07/MWh (dezembro/2022), reajustado pelo IPCA, e iniciou a operação comercial em fevereiro de 2019.

Aquisição do Conjunto Eólico Serra do Assuruá ("Serra do Assuruá")

Em 21.06.2022, após o cumprimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ativos e outras avenças, foi concluída a aquisição dos direitos de desenvolvimento do Projeto Serra do Assuruá junto à PEC Energia S.A. ("PEC") pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP"), controlada direta da Companhia. Ressaltamos que esta aquisição se trata de uma aquisição de projetos.

Adicionalmente, em 30.09.2022, a Companhia comunicou ao mercado a assinatura do contrato de fornecimento de até 188 aerogeradores com a Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda, iniciando a implantação de Serra do Assuruá, cuja entrada em operação comercial está prevista para o 2° semestre de 2024.

Ademais, em 22.12.2022, a Companhia comunicou ao mercado a assinatura do contrato de financiamento com o BNDES destinado à implantação de Serra do Assuruá no montante de R$ 1,5 bilhão e prazo de amortização de 252 meses, com a primeira prestação vencendo em dezembro de 2025.

Alienação da subsidiária Norte Catarinense Ltda ("Norte Catarinense")

Em 01 de setembro de 2022, foi concluída a operação de venda da participação societária que a Companhia possuía na subsidiária Norte Catarinense. Nesta data, a sociedade deixou de ser controlada pela Companhia, passando também a não ser consolidada. O resultado com a alienação do ativo, líquido dos custos de venda, foi positivo em R$ 10 milhões.

Subsidiária em processo de alienação

Em decorrência da estratégia de descarbonização da Companhia, em 15.09.2022, foi assinado o Contrato de Aquisição de Ações (SPA - *Share Purchase Agreement*) entre a Companhia e a ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC"), com as compradoras Grafito Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Grafito") e Perfin Space X Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Space X"). O SPA regula a aquisição, pelos compradores, da totalidade da participação societária que as vendedoras possuem na Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Pampa Sul"), a qual detém a totalidade dos ativos e direitos da Usina Termelétrica Pampa Sul ("UTE Pampa Sul" ou "Usina").

A UTE Pampa Sul, localizada em Candiota, no estado do Rio Grande do Sul, utiliza o carvão mineral como fonte de energia. A Usina, de 345,0 MW de capacidade instalada e 323,5 MWm de garantia física bruta, vendeu no 20° Leilão de Energia nova (A-5/2014), 294,5 MWm em contrato de 25 anos, tendo entrado em operação comercial em 28.06.2019.

Com a venda, a Companhia irá receber em caixa o montante de até R$ 450 milhões, previsto para 2023, e a assunção do endividamento de Pampa Sul será realizada pelos compradores, no valor aproximado de R$ 1,8 bilhão. Os compradores irão, inclusive, obter a liberação integral da fiança corporativa prestada pela ENGIE no âmbito do referido endividamento. A assinatura do SPA pela Companhia foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15.09.2022.

Tendo em vista que o valor de venda, líquido dos custos, é inferior ao valor contábil dos ativos líquidos da subsidiária, foi reconhecido, em 2022, R$ 191 milhões de provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) nos investimentos no consolidado, sendo R$ 168 milhões na controladora. Entretanto, em função da assinatura do SPA de venda da Usina, em 30.09.2022, a Companhia efetuou a reversão do *impairment* reconhecido, no montante de R$ R$ 43 milhões.

2021

As principais informações referentes à constituição, alteração relevante, aquisição, incorporação e alienação de participações societárias da Companhia são estas:

Alienação da subsidiária Diamante Geração de Energia Ltda (“Diamante”)

Em decorrência da estratégia de descarbonização da Companhia, foi avaliada a venda do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (“CTJL”), ativo controlado pela Diamante Geração de Energia Ltda. (“Diamante”), cujas capacidade instalada e garantia física são de 857,0 MW e 649,9 MW médios, respectivamente.

Desta forma, em 30.08.2021, foi assinado o contrato de compra e venda de quotas (“QPA”) entre a Companhia e a ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. (“EBC”), controlada da Companhia, na qualidade de vendedoras; Fram Capital Energy II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FRAM”) e Diamante, na qualidade de intervenientes-anuentes; e Diamante Holding Participações Ltda. (“Diamante Holding”), controlada da FRAM, na qualidade de compradora, o qual regula a aquisição, pela Diamante Holding, da totalidade da participação societária que a Companhia e a EBC possuem na subsidiária Diamante.

Em 18.10.2021, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída a operação de venda da participação societária que a Companhia e a EBC possuem na Diamante. Nesta data, a sociedade deixou de ser controlada pela Companhia, passando também a não ser consolidada. O preço de aquisição de 100% da participação acionária em Diamante foi de R$ 321 milhões, sendo que R$ 210 milhões foram pagos no fechamento da operação e R$ 111 milhões, estão pendentes de recebimento uma vez que estão atrelados ao cumprimento de algumas condições previstas no QPA. O resultado da venda da subsidiária foi de perda de R$ 200 milhões e estão apresentados na rubrica “Alienação de subsidiária” na demonstração de resultado.

Aquisição do projeto Complexo Fotovoltaico Assú Sol

Em 28.09.2021, foi assinado o contrato de compra e venda de ações entre a controlada da Companhia, ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (“ECP”), na qualidade de compradora, e Infinito Energy Investimentos e Participações S.A. e Atlântica Solar Power Ltda., na qualidade de vendedoras, tendo por objeto a aquisição do projeto do Complexo Fotovoltaico Assú Sol por meio da compra da totalidade das ações da Assú Sol Geração de Energia SPE S.A. ("Assú Sol”), localizado no município de Assú, estado do Rio Grande do Norte. Em 21.12.2021, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída a operação de aquisição.

O projeto, com capacidade instalada total estimada de até 750 MW, será desenvolvido na mesma região onde a Companhia opera, desde 2017, a Usina Fotovoltaica Assú V. O valor total da operação é de R$ 44 milhões (base dezembro de 2021). Os pagamentos serão realizados conforme o cumprimento de marcos relacionados ao cronograma de desenvolvimento do projeto, sendo que, até a data dessas Demonstrações Contábeis, foi pago o montante de R$ 8 milhões.

c. Eventos ou operações não usuais

2022

Os principais eventos não usuais que impactaram o resultado da Companhia no exercício de 2022 foram os seguintes: (i) reconhecimento de R$ 67 milhões de *impairment*, sendo estes: (i.i) complemento do *impairment* da UTE Pampa Sul no montante de R$ 164 milhões; e (i.ii) reconhecimento de R$ 21 milhões relativos ao aumento nos custos de fornecimento de matéria prima; e, parcialmente atenuado, pela (i.iii) reversão de R$ 118 milhões referente à EGSD, em virtude da venda, ocorrida em 21 de fevereiro de 2022.

2021

Os principais eventos não usuais que impactaram o resultado da Companhia no exercício de 2021 foram os seguintes: (i) R$ 1.591 milhões referente à repactuação do risco hidrológico; (ii) R$ 1.076 milhões de *impairment*, dos quais: (ii.i) R$ 1.080 milhões e R$ 78 milhões correspondem a *impairment* das investimentos detidos nas controladas Pampa Sul e EGSD, respectivamente, em função da expectativa de alienação destas Companhias; e (ii.ii) R$ 58 milhões e R$ 22 milhões relativos a reversão de *impairment* do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda e da Usina Termelétrica Lages, respectivamente; e (iii) R$ 200 milhões de perda na alienação da subsidiária Diamante.

2.5 Medições não contábeis

a. Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustado

As medidas não contábeis usualmente apresentadas pela Companhia em seus relatórios financeiros são EBITDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização), o EBITDA ajustado (EBITDA desconsiderando os efeitos de operações não recorrentes) e Margem EBITDA ajustado (índice obtido por meio da divisão do EBITDA ajustado e da Receita operacional líquida).

O EBITDA, o EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustado apresentados pela Companhia, seguem as orientações estabelecidas na Resolução CVM n° 156 (RCVM 156) e Ofício-Circular CVM/SNC/SEP n° 01/2023, de 23.06.2022 e 13.02.2022 respectivamente, que passaram a reger a divulgação desses indicadores não contábeis. O EBITDA e o EBTIDA ajustado não são medidas de desempenho financeiro, segundo as normas internacionais de contabilidade ou as práticas contábeis adotadas no Brasil, e tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como alternativas ao lucro líquido, ou como medidas de desempenho operacional, ou alternativas aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez. O EBITDA, o EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustado não possuem um significado padrão, e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

	Exercício social encerrado em	
Em R$ milhões	**31.12.2022**	**31.12.2021**
EBITDA	6.790	5.941
EBITDA ajustado	6.941	7.217
Margem EBITDA ajustado (%)	58,3	57,5

Endividamentos bruto e líquido e grau de alavancagem

O endividamento bruto da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos instrumentos de dívida (empréstimos e financiamentos, debêntures e ações preferenciais resgatáveis - circulante e não circulante), líquidos dos efeitos de *hedge*.

O endividamento líquido da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos instrumentos de dívida (empréstimos e financiamentos, debêntures e ações preferenciais resgatáveis - circulante e não circulante), líquidos dos efeitos de *hedge* ("endividamento bruto"), descontada de caixa e equivalente de caixa e depósitos vinculados ao serviço da dívida.

O grau de alavancagem, uma medida também não contábil, é apurado pela fórmula: endividamento líquido / (endividamento líquido + patrimônio líquido).

O endividamento bruto, o endividamento líquido e o grau de alavancagem não são medidas de desempenho financeiro segundo as normas internacionais de contabilidade ou as práticas contábeis adotadas no Brasil, tampouco devem ser consideradas isoladamente. O endividamento bruto, líquido e o grau de alavancagem não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Companhia apresenta as seguintes medidas não contábeis referentes ao endividamento bruto e líquido e grau de alavancagem.

	Exercício social encerrado em	
Em R$ milhões	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Endividamento bruto	18.150	20.587
Endividamento líquido	15.685	14.612
Patrimônio Líquido	8.440	7.933
Grau de alavancagem (%)	65,0	64,8

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustado

Conciliação entre o lucro líquido, EBITDA e o EBITDA ajustado:

	Exercício social encerrado em	
Em R$ milhões	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Lucro líquido do exercício	2.665	1.565
(+) Imposto de renda e contribuição social	621	255
(+) Despesas financeiras, líquidas	2.515	3.079
(+) Depreciação e amortização	989	1.042
EBITDA	**6.790**	**5.941**
(+) *Impairment*	67	1.076
(+) Alienação de subsidiária	84	200
EBITDA ajustado	**6.941**	**7.217**
Receita operacional líquida	11.907	12.541
Margem EBITDA ajustado (%)	**58,3**	**57,5**

Endividamentos bruto e líquido e grau de alavancagem

Conciliação dos endividamentos bruto e líquido e do grau de alavancagem:

	Exercício social encerrado em	
Em R$ milhões	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Empréstimos e financiamentos, líquidos dos efeitos de *hedge*	**12.098**	**13.486**
Circulante	1.053	2.902
Não circulante	11.045	10.584
Debêntures, líquidas dos efeitos de *hedge*	**5.468**	**6.591**
Circulante	587	590
Não circulante	4.881	6.001
Ações preferenciais resgatáveis	**584**	**510**
Circulante	107	-
Não circulante	477	510
Endividamento bruto	**18.150**	**20.587**
(-) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados ao serviço da dívida	2.465	5.975
Endividamento líquido	**15.685**	**14.612**
Patrimônio líquido	**8.440**	**7.933**
Grau de alavancagem (%)	**65,0**	**64,8**

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustado

O EBITDA, o EBITDA ajustado e a Margem EBITDA ajustado são os indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários do imposto de renda e contribuição social e outros impactos contábeis como a depreciação e amortização, e as operações não recorrentes, as quais não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social, a depreciação e amortização, e as operações não recorrentes, a Companhia entende que o EBITDA ajustado é o indicador mais apropriado para fins de análise, uma vez que funciona como uma medida geral de desempenho por se aproximar da geração de caixa de sua atividade econômica. Consequentemente, o EBITDA ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA ajustado permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, o EBITDA ajustado e a Margem EBITDA ajustado, no entanto, apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. A Margem EBITDA ajustado é calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pela receita operacional líquida.

A Companhia entende que a Margem EBITDA ajustado é uma medição apropriada para a compreensão da sua condição financeira, pois mede a lucratividade operacional da Companhia.

Endividamentos bruto e líquido e grau de alavancagem

A Companhia entende que o endividamento bruto, o endividamento líquido e o grau de alavancagem são medições apropriadas para a compreensão da sua condição financeira, uma vez que medem o nível de alavancagem financeira, elemento primordial para execução da estratégia de crescimento dos negócios da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes às últimas Demonstrações Financeiras

a. Dividendos adicionais propostos

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 16.02.2023, encaminhou para aprovação em AGO, a proposta de distribuição de dividendos adicionais sobre o lucro ajustado do exercício findo em 31.12.2022, no montante de R$ 1.455.160 mil, ou R$ 1,7834407362 por ação. Tal proposta deverá ser ratificada pela AGO, a quem caberá definir as condições de pagamento dos dividendos.

b. Recomposição do prazo da outorga da Usina Hidrelétrica Estreito ("UHE Estreito")

Em 2016, em virtude do reconhecimento dos eventos excludentes de responsabilidade da UHE Estreito que ocasionaram o atraso do início da operação comercial, foi possível pleitear a recomposição do prazo da outorga. Em 31.01.2023, nos termos da Lei 13.360/2016, do contrato de concessão nº 094/2002 e por meio da Nota Técnica nº 877/2022–SCG/SFG/Aneel, a Diretoria Colegiada da Aneel aprovou por unanimidade a recomposição de prazo de concessão da UHE Estreito, em 852 dias.

c. Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08.02.2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa à ENGIE Brasil Energia ou suas controladas para a data base de 31.12.2022 e continua monitorando a evolução do assunto.

2.7 Comentários dos Diretores sobre a destinação dos resultados sociais

a. Regras sobre retenção de lucros

Os lucros são retidos para a realização de investimentos, conforme estabelecido no orçamento de capital da Companhia. Além das reservas previstas na legislação societária, a Companhia não possui outras reservas reguladas no Estatuto.

Valores das Retenções de Lucros:

- **Reserva legal**: em 2022 não houve destinação de lucros, em virtude do atingimento do limite de 20% do capital social, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76.
- **Reserva de incentivos fiscais**: no valor de R$ 8.953.525,53 – 0,3% do lucro líquido do exercício.

b. Regras sobre retenção de lucros

Conforme o disposto no art. 31, § 1º, do Estatuto Social da Companhia, em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo não inferior a 30% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da assembleia geral.

Além disso, nos termos do mesmo artigo, § 2º do referido documento, a Companhia poderá levantar balanços a qualquer tempo e, mediante deliberação do Conselho de Administração, distribuir dividendos intermediários e intercalares com base em tais balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital previstas em Lei.

Também mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme autorizado pelo art. 31, § 5º, do Estatuto Social, a Companhia poderá pagar juros remuneratórios sobre capital próprio.

A Companhia possui por prática a distribuição de dividendos de valor equivalente a 55% do lucro líquido ajustado do exercício e que as distribuições sejam realizadas semestralmente. Poderá ocorrer distribuição em valor inferior a 55% do lucro líquido ajustado quando exigido por disposição legal ou por condições financeiras da Companhia, pois não há uma política formal implementada pela Companhia requerente a distribuição deste percentual.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Como descrito no item "b" acima, os dividendos são distribuídos em bases semestrais desde que seja apurado lucro no período em questão, sendo permitida, pelo Estatuto Social, a distribuição de dividendos intercalares, mediante deliberação do Conselho de Administração, com base em balanços levantados durante o exercício.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

d. Restrições à distribuição de dividendos

Não há restrições à distribuição de dividendos impostas pela legislação, regulamentação, contratos, ou quaisquer decisões judiciais, administrativas ou arbitrais, exceto a restrição de distribuição de dividendos nos termos das hipóteses de vencimento antecipado das debêntures da 5ª, 6ª, 7ª, 9ª e 10ª emissões, que restringem tais pagamentos na hipótese em que a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures, ressalvado o mínimo obrigatório previsto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações.

e. Política de destinação de resultados

Conforme o disposto no art. 31, § 1º, do Estatuto Social da Companhia, em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo não inferior a 30% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da assembleia geral. Ademais, a Companhia possui uma prática de que a distribuição de dividendos seja de valor equivalente a 55% do lucro líquido ajustado do exercício e de que as distribuições sejam realizadas semestralmente. Poderá ocorrer distribuição em valor inferior a 55% do lucro líquido do exercício ajustado quando exigido por disposição legal ou por condições financeiras da Companhia, pois não há uma política formal implementada pela Companhia requerendo a distribuição desse percentual.

O Estatuto Social da Companhia está disponível para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (https://www.engie.com.br/investidores/).

2.8 Descrição pelos Diretores dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet itens*)

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há ativos e passivos relevantes que não estejam refletidos nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.9 Comentários dos Diretores em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

b. Natureza e o propósito da operação

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há ativos e passivos relevantes que não estejam refletidos nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.10 Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a. Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Ao final de 2022, foi registrado avanço no desenvolvimento e entrega do projeto básico do empreendimento à Aneel, com a definição das principais características dos equipamentos do projeto do **Sistema de Transmissão Gavião Real**.

Em relação aos investimentos relacionados à expansão em geração, ao fim do ano de 2022, destaca-se os seguintes marcos: (i) **Conjunto Eólico Santo Agostinho – Fase I**: progresso geral da obra atingiu 32,5% de evolução. Esta fase demandará investimentos da ordem de R$ 2,3 bilhões e gerará mais de mil empregos diretos na região, tendo sido viabilizada por meio da venda da energia a clientes do mercado livre. A entrada em operação comercial gradual das unidades geradoras está prevista para o final do primeiro trimestre de 2023; (ii) **Conjunto Eólico Serra do Assuruá**: parecer de acesso emitido e contrato de conexão ao grid assinado, autorização regulatória emitida pela Aneel, contratos de direito de uso de superfície assinados e dados de vento. O investimento estimado é da ordem de R$ 6 bilhões e geração de cerca de 3.000 empregos diretos e indiretos na região, com previsão de entrada gradual em operação comercial a partir do segundo semestre de 2024; e (iii) **Conjunto Fotovoltaico Assú Sol:** o projeto foi adquirido em dezembro de 2021, em estágio avançado de desenvolvimento, com Licença Prévia e contratos fundiários firmados. Com investimento previsto da ordem de R$ 3,3 bilhões, a entrada em operação integral do projeto deve acontecer até o segundo semestre de 2025.

Os investimentos realizados em 2022 e os previstos para o período de 2023 a 2025 na data-base de 31.12.2022, são estes:

Financiamento com (Em R$ milhões)	Realizado 2022	Previsto 2023	Previsto 2024	Previsto 2025
- Capital de terceiros	814	6.409	2.140	124
- Capital próprio[1]	2.336	(1.186)	4.206	210
	3.150	**5.223**	**6.346**	**334**

(1) O valor negativo do capital próprio previsto para 2023 refere-se ao montante da dívida captada o qual será investido nos anos seguintes.

Em 2022, a Companhia investiu R$ 3.150 milhões, dos quais (i) R$ 861 milhões aplicados na aquisição de participações societárias, sendo: (i.i) R$ 656 milhões nos Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu; (i.ii) R$ 182 milhões no Conjunto Eólico Serra do Assuruá; e (i.iii) R$ 23 milhões no Conjunto Fotovoltaico Assú Sol; (ii) R$ 2.057 milhões na construção de novos projetos, sendo: (ii.i) R$ 718 milhões no Sistema de Transmissão Novo Estado; (ii.ii) R$ 694 milhões no Conjunto Eólico Santo Agostinho – Fase 1, (ii.iii) R$ 516 milhões no Conjunto Eólico Serra do Assuruá; e (ii.iv) R$ 129 milhões no Sistema de Transmissão Gralha Azul; e (iii) R$ 232 milhões foram destinados aos projetos de manutenção e revitalização do parque gerador, destes, R$ 46 milhões designados para a modernização da Usina Hidrelétrica Salto Osório.

Os valores anteriormente mencionados não consideram a capitalização dos juros sobre o financiamento durante a fase de construção dos empreendimentos.

Os principais projetos e investimentos previstos para os próximos anos referem-se ao desenvolvimento do Sistema de Transmissão Gavião Real, do Conjunto Fotovoltaico Assú Sol e Conjuntos Eólicos Serra do Assuruá e Santo Agostinho – Fase I, bem como da modernização da Usina Hidrelétrica Salto Osório.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os projetos setoriais, realizados pelas controladas, geralmente possuem financiamento da ordem de 50% a 70% do investimento total. O montante remanescente é coberto com recursos próprios, os quais, usualmente, resultam de aportes de capital da controladora, ENGIE Brasil Energia. A controladora capta recursos por meio de empréstimos bancários ou emissões junto ao mercado de capital que, usualmente, são destinados aos referidos aportes.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Usina Termelétrica Pampa Sul

Como parte dos compromissos da Companhia com a descarbonização de seu portfólio foi assinado o SPA que regula a venda da totalidade dos ativos e direitos da Usina Termelétrica Pampa Sul, única usina a carvão remanescente no portfólio da ENGIE Brasil Energia, foi assinado o Contrato de Aquisição de Ações pela Grafito Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Grafito”) e pela Perfin Space X Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Space X”). Para maiores informações, vide Item 2.4 – b desta Proposta da Administração.

b. Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Em março de 2022, a Companhia adquiriu 100% das ações da Solairedirect Holding Brasil S.A. (“Solairedirect”), detentora dos Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu, e ENGIE Solar Brasil Energia e Consultoria Ltda. (“ENGIE Solar”), ambas pertencentes ao Grupo ENGIE.

Em 21.06.2022, após o cumprimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ativos e outras avenças, foi concluída a aquisição dos direitos de desenvolvimento do Projeto Serra do Assuruá junto à PEC Energia S.A. (“PEC”) pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (“ECP”), controlada direta da Companhia.

Para maiores informações das aquisições realizadas, vide Item 2.4 – b desta Proposta da Administração.

c. Novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

Para a ENGIE Brasil Energia, a inovação representa um fator fundamental de competitividade, que impulsiona a busca por soluções para os desafios inerentes aos negócios e ao desenvolvimento sustentável da sociedade. Em 2022, a Companhia atualizou sua estratégia referente ao tema, direcionando-a à aplicação e ao desenvolvimento de tecnologias com foco na performance operacional dos ativos, bem como na melhoria contínua do desempenho socioambiental e de governança.

Internamente, a gestão da inovação é conduzida em duas frentes:

- Fórum de Inovação: responsável pelo planejamento estratégico da inovação, incluindo a definição das prioridades de investimentos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) estratégicos;
- Núcleo Tático: tem a atribuição de aprovar investimentos em inovações incrementais e monitorar contextos de inovação, incluindo novas tecnologias, informações de mercado, potenciais clientes e atualizações regulatórias.

Um dos mecanismos mais relevantes para a prática da inovação na Companhia é o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Aneel, executado por meio de parcerias com empresas, universidades e instituições de pesquisa, fomentando o modelo de *open innovation*. O Programa segue as determinações da Lei n° 9.991/2000, que prevê a destinação de 1% da receita operacional líquida anual das empresas do setor elétrico em atividades de PD&I.

Em 2022, destinamos mais de R$ 62,6 milhões ao programa, de acordo com a seguinte distribuição:

- R$ 24,7 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT);

- R$ 12,3 milhões ao MME), para custeio da EPE;

- R$ 7,4 milhões à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para custeio da modicidade tarifária;

- R$ 18,2 milhões a serem aportados em projetos pela ENGIE Brasil Energia.

O portfólio de projetos vigentes em 2022 totalizou 14 projetos, com investimentos que somaram R$ 111,7 milhões, desconsiderando custos relacionados a gestão dos programas.

Em 2022, tivemos:

- 6 novas instituições de pesquisa parceiras;
- 4 novas *startups* parceiras; e
- Projetos desenvolvidos em 7 estados brasileiros.

Entre os projetos em andamento, destacam-se:

- **Valoração dos serviços de usinas hidrelétricas e proposições comerciais**: O projeto de P&D busca quantificar o volume de serviços prestados pelas hidrelétricas operadas pelas Companhia e valorá-los adequadamente. Entre os atributos pesquisados estão segurança, estabilidade e qualidade ao suprimento de energia elétrica.

- **Barreira de contenção de vazamento de óleo**: reforçando o compromisso da inovação com a sustentabilidade e a eliminação do impacto ambiental dos nossos processos, desenvolvemos em 2022 uma barreira de proteção sustentável que reforça o sistema de segurança das nossas usinas hidrelétricas contra vazamentos de óleo.

Patente de Invenção

Em junho de 2022, a ENGIE Brasil Energia conquistou, em conjunto com a empresa Power Optics, a patente do "Transformador de Corrente Óptico com Medição Redundante e Circuito Híbrido de Compensação de Temperatura". (TECO-MR). O equipamento desenvolvido amplia a confiabilidade de transformadores de corrente em subestações de energia, gerando também benefícios econômicos, metrológicos e de segurança quando comparado a modelos convencionais analógicos.

Hub de Inovação

Considerando que os processos de inovação são contínuos e transversais, abrangendo todas as áreas da Companhia, foi criado um espaço virtual dedicado a concentrar informações relativas a projetos, ações e atividades de cunho inovador. Além de divulgar as informações sobre o tema no contexto interno, o chamado Hub de Inovação dissemina notícias externas e promove capacitações realizadas por ecossistemas de PD&I.

Cultura inovadora

Internamente, a Companhia investe em iniciativas de intraempreendedorismo, com destaque para o Inove, programa que fomenta sugestões inovadoras de colaboradores para melhorias operacionais e processuais, incluindo o uso de novas tecnologias e o desenvolvimento de projetos voltados a aspectos ESG. A cultura da inovação também foi fortalecida por meio de ações que se estenderam às unidades de diversas regiões do país – incluindo a capacitação de 140 colaboradores em aspectos técnicos relacionados ao tema.

Inove em números – 2022

- 69 colaboradores diretamente envolvidos

- 107 iniciativas cadastradas

- R$ 5,8 milhões em investimentos

- R$ 66,5 milhões de retorno estimado

Integração ao ecossistema

A ENGIE Brasil Energia integra o LinkLab, programa da Associação Catarinense de Tecnologia (Acate) que conecta grandes e pequenas empresas, facilitando a contratação ágil de serviços e soluções do ecossistema de startups de todo o Brasil. O programa permite a implementação de projetos de curta duração e baixo custo, desenvolvendo Provas de Conceito (*Proof of Concept* – POC) – as quais, se validadas, podem evoluir para soluções aplicáveis aos negócios.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A ENGIE Brasil Energia atua orientada pelo propósito do Grupo ENGIE: agir para acelerar a transição para uma sociedade neutra em carbono, por meio de consumo reduzido de energia e soluções mais sustentáveis. Compartilhado com colaboradores, acionistas, clientes e demais stakeholders, esse propósito impulsiona a agenda ESG da Companhia, buscando conciliar o desempenho econômico e impacto positivo sobre as pessoas e o planeta – confira compromissos, iniciativas e resultados nesse sentido mais à frente.

Essa premissa se reflete em sua Política de Gestão Sustentável, atualizada em 2022, na qual a ENGIE Brasil Energia se propõe a buscar a melhoria contínua do seu desempenho, por meio de uma abordagem que considera ciclo de vida e economia circular; participação, consulta e engajamento das partes interessadas; e conformidade com a legislação e demais compromissos voluntários assumidos.

As diretrizes corporativas relacionadas à sustentabilidade apoiam a gestão transversal do tema se desdobram nos objetivos não financeiros do Grupo ENGIE, a serem alcançados, em âmbito global, até 2030. Tais objetivos, assumidos publicamente em 2020 incluem aspectos vinculados, especialmente, à geração de energia renovável, à promoção da equidade de gênero e ao combate às mudanças de clima, conforme descrito a seguir:

- **Emissões de Gases de Efeito Estufa:** Reduzir para, no mínimo, 43 MtCO2e (toneladas métricas de dióxido de carbono equivalente) o total de emissões de gases de efeito provenientes da geração de energia elétrica do Grupo — em 2019, esse total foi de 80 MtCO2e (meta alinhada à iniciativa Science Based Target – SBTi).

- **Diversidade de Gênero:** Ampliar para 50% a participação de mulheres na administração do Grupo — em 2019, elas ocupavam 24% das posições de liderança.

- **Energias Renováveis:** Elevar a 58% a participação de fontes renováveis no mix de capacidade de produção de energia mundialmente — ante os 28% registrados em 2019.

- **Cadeia de Fornecedores:** Atingimento de 100%, até 2030, do índice de compras responsáveis (excluída a aquisição de energia), que envolvem assessments socioambientais e compras inclusivas; e atingimento de 100%, até 2030, de fornecedores preferenciais certificados por compromissos Science Based Targets (SBTi).

- **Água:** Redução no consumo de água em atividades industriais em 35% até 2030 — de 93Mm^3 em 2019 para 60Mm^3 em 2030.

Em 2022, a fim de fortalecer seu compromisso de combate às mudanças do clima, a Companhia tornou-se signatária da *Action Declaration on Climate Policy Engagement* (Declaração de Ação sobre o Engajamento na Política Climática), a qual orienta a conduta de empresas envolvidas no movimento de descarbonização. O objetivo é reduzir lacunas entre discurso e prática dos países quanto à redução de emissões, em três frentes principais:

- Apoiar a ação climática alinhada com o Acordo de Paris ao se envolver com os formuladores de políticas públicas;
- Trabalhar em conjunto com associações industriais/comerciais para promover o alinhamento com o Acordo de Paris;
- Monitorar e divulgar o alinhamento das políticas climáticas de suas empresas e de suas principais associações setoriais/comerciais.

O documento foi lançado no dia 8 de novembro, durante a 27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP 27), realizada no Egito. A ENGIE foi convidada a assinar a declaração pela Corporate Knights, por ser uma das integrantes do Corporate Knights' *Global 100 Most Sustainable Companies 2021 – ranking* que reúne as 100 empresas mais sustentáveis do mundo.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Acompanhamento dos projetos dos Sistemas de Transmissão Gralha Azul ("Gralha Azul") e Novo Estado ("Novo Estado")

Em 2022, os Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado obtiveram novas autorizações do ONS para operação comercial parcial de suas linhas de transmissão. Gralha Azul e Novo Estado alcançaram 94% e 49% da RAP mensal em 12.2022 e dos ativos em operação comercial em 31.12.2022, respectivamente. A expectativa de entrada em operação comercial total de Gralha Azul e Novo Estado está prevista para março de 2023 e abril de 2023, respectivamente.

Modernização e manutenção preditiva de Hidrelétricas

Essenciais para assegurar a eficiência operacional, a modernização de hidrelétricas constitui um eixo de investimento da Companhia. Por isso, em 2022, foi dado prosseguimento aos projetos de modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Osório (PR), Jaguara (SP) e Miranda (MG). Na primeira, o projeto teve início em 2017 e, considerado de grande porte, inclui a substituição dos equipamentos e sistemas com tecnologias atualizadas – o que, além do ganho de eficiência, resultará em incremento da garantia física (estimado em 13,9 MW médios). No ano de 2022, a Usina avançou na modernização da segunda unidade geradora, chegando ao final de dezembro com a montagem dos novos equipamentos praticamente concluída, com a operação comercial prevista para iniciar no primeiro trimestre de 2023. A expectativa é que o projeto seja integralmente concluído em 2024.

A modernização da Usina Hidrelétrica Jaguara, por sua vez, avançou com a fabricação do novo gerador da Unidade 1, que tem instalação e início de operação previstos para o primeiro semestre de 2023. Na Usina Hidrelétrica Miranda, a modernização tem como foco os sistemas de controle e instrumentação (incluindo reguladores de velocidade e tensão do gerador, além do sistema supervisório). Em 2022, foram realizadas as fabricações, aquisições e testes em fábrica dos novos equipamentos, sendo que a instalação ocorrerá ao longo de 2023.

Outro foco na gestão dos ativos é o aumento da confiabilidade e da eficiência operacional das Usinas. Com o objetivo de evitar falhas que gerem interrupções no funcionamento, garantir a segurança das operações e reduzir riscos e custos, a Companhia faz uso de métodos de manutenção preditiva para gestão da saúde dos ativos.

Além das técnicas consagradas na indústria, como análise de vibrações e termografia, desde 2021 a Companhia está implantando um sistema baseado em *machine learning* para aumentar a detectabilidade de anomalias que possam vir a ocorrer nos ativos de geração.

O sistema de inteligência artificial avalia um fluxo constante de dados obtidos de milhares de sensores instalados nas usinas e detectam, em tempo real, sintomas que indicam a possibilidade de falhas futuras, possibilitando atuar antecipadamente para evitar incidentes indesejados com impactos de interrupção da geração.

Em 2022, com o auxílio dessa nova tecnologia, foram evitadas falhas nos ativos de geração, reduzindo os custos de manutenção e indisponibilidade dos ativos. A implantação terá continuidade em 2023, aumentado a cobertura do sistema para todas as usinas hidrelétricas, abrangendo os sistemas mais críticos de todas as unidades geradoras.

Impactos da guerra na Ucrânia

Após quatro meses de crise com o Ocidente, a Rússia decidiu atacar a Ucrânia em 24.02.2022, acirrando o mais grave conflito militar na Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

Diante disso, existem efeitos das sanções econômicas à Rússia, como: (i) sanções do setor de serviços financeiros; (ii) restrições do setor de energia; (iii) restrições geográficas; (iv) restrições para fazer negócios na Rússia; (v) controles e exportação; e (vi) restrições similares contra a Bielorrússia.

Como principal impacto, nota-se o aumento de preços do petróleo, do gás natural, de grãos e de outras *commodities*, visto que a redução repentina de oferta destes produtos eleva o preço no mercado internacional. O impacto sobre a economia pode ser grande, a depender do tamanho e extensão da guerra, o que pode reduzir as perspectivas de crescimento econômico.

No exercício de 2022, a Companhia não apurou impactos decorrentes da guerra na Ucrânia em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A Companhia não possui contratos com nenhuma parte envolvida no conflito. Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da guerra, a Companhia não estima efeitos significativos em seu resultado que possam comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.

ANEXO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

Artigo 10ª Resolução CVM 81/22 – Parágrafo único, Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo A da Resolução CVM 81/22:

Destinação do lucro líquido do exercício

1) Informar o lucro líquido do exercício	R$ 2.663 milhões (controladora)
2.a) Informar o montante global dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados	R$ 2.706 milhões [1]
2.b) Informar o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados	R$ 3,3162954344 por ação ordinária
3) Informar o percentual sobre o lucro líquido do exercício distribuído	Equivalente a 100% do lucro líquido ajustado [2]
4) Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores	No exercício de 2022, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos de exercício anteriores, sendo eles: - Dividendos intermediários com base na reserva de retenção de lucros do exercício de 2020, no valor de R$ 639 milhões, correspondentes a R$ 0,7827524080 pagos no dia 17.03.2022. - Dividendos adicionais do exercício de 2021, no valor de R$ 550 milhões, correspondente a R$ 0,6738313480 pagos no dia 12.07.2022.
5) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:	
a) O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe	R$ 1.455 milhões para ações ordinárias, correspondente a R$ 1,7834407362 por ação.
b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio	A ser submetido à aprovação da Diretoria Executiva, conforme deliberado pelo Conselho de Administração.
c) Eventual incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio	Não aplicável.

[1] O montante global dos dividendos, de R$ 2.706 milhões, inclui os montantes de R$ 1.051 milhões e R$ 200 milhões relativos a dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, respectivamente, indicados no item 6 "a", e o montante de R$ 1.455 milhões, relativo a dividendos adicionais propostos, indicado no item 5 "a". O montante global dos dividendos é equivalente, portanto, a 100% do lucro líquido distribuível.

[2] Lucro líquido ajustado corresponde ao lucro líquido do exercício, deduzido das Reservas Legal, de Incentivos Fiscais e de Lucros, ajustado pela realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído do ativo imobilizado, conforme orientação estabelecida no CPC 27 e ICPC 10), pelos dividendos e juros sobre capital próprio não reclamados, reconhecidos na conta "Lucros Acumulados".

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento	A data considerada para identificação dos acionistas que terão direito aos dividendos adicionais é dia 08.05.2023, sendo a data ex dia 09.05.2023.

6) Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados	R$ 1.051 milhões de dividendos intercalares e R$ 200 milhões de crédito de juros sobre o capital próprio.
b) Informar a data dos respectivos pagamentos	O início do pagamento dos dividendos intercalares ocorreu em 12.12.2022 e dos juros sobre o capital será definida pela Diretoria Executiva.

7) Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 exercícios anteriores	2022 = R$ 3,2638656730 por ação ordinária 2021 = R$ 1,9164997904 por ação ordinária 2020 = R$ 3,4281105638 por ação ordinária 2019 = R$ 2,8310418867 por ação ordinária
b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos últimos 3 exercícios	2022 = R$ 3,3162954344 por ação ordinária 2021 = R$ 1,7149994166 por ação ordinária 2020 = R$ 2,4717315830 por ação ordinária 2019 = R$ 1,5288117415 por ação ordinária

8) Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal	Em 2022, não houve montante destinado, pois em 2021 a Reserva Legal atingiu o limite de 20% do capital social.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal	Corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

9) Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos mínimos	Não aplicável.

10) Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto	O estatuto social da Companhia prevê que em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da Assembleia Geral. - A Companhia levantará balanço semestral podendo, o Conselho de Administração, declarar dividendos intercalares com base nele. - A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos intercalares em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o §1° do artigo 182 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976. - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. - A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros remuneratórios sobre o capital próprio, observando, para tanto, a legislação aplicável. As importâncias pagas ou creditadas pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputadas, nos termos da legislação aplicável, ao valor dos dividendos obrigatórios. - Prescreve em 3 (três) anos a ação para pleitear dividendos, os quais, não reclamados oportunamente, reverterão em benefício da Companhia.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente	Sim

c) Informar o montante eventualmente retido	Não aplicável.

11) Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar montante da retenção	Não aplicável.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos	Não aplicável.

c) Justificar a retenção dos dividendos	Não aplicável.
12) Havendo destinação do resultado para reserva de contingências	
a) Identificar o montante destinado à reserva	Não aplicável.
b) Identificar a perda considerada provável e sua causa	Não aplicável.
c) Explicar por que a perda foi considerada provável	Não aplicável.
d) Justificar a constituição da reserva	Não aplicável.
13) Havendo destinação do resultado para reserva de lucros a realizar	
a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar	Não aplicável.
b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva	Não aplicável.
14) Havendo destinação do resultado para reservas estatutárias	
a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabeleceram a reserva	Não aplicável.
b) Identificar o montante destinado para reserva	Não aplicável.
c) Descrever como o montante foi calculado	Não aplicável.
15) Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital	
a) Identificar o montante da retenção	Não aplicável.
b) Fornecer cópia do orçamento de capital	Não aplicável.
16) Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais	
a) Informar o montante destinado para reserva	R$ 9 milhões
b) Explicar a natureza da destinação	A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Esse benefício corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pelas usinas detentoras do

benefício – Usinas Ponte de Pedra e São Salvador, com base no Art. 626 do Decreto nº 9.580/2018, conforme demonstrado a seguir:

Em R$ milhões	31.12.2022
Lucro da exploração	**48**
Imposto de renda nominal (15%)	7
Adicional de imposto de renda	5
Imposto de renda calculado	**12**
Incentivo fiscal (%)	75%
Incentivo fiscal	**9**

ANEXO IV – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Artigo 11º RCVM 81/22 – Inciso I – Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer no mínimo, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência, relativamente aos candidatos pela administração ou pelos acionistas controladores.

7.3 Em relação a cada um dos membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela, o nome, data de nascimento, profissão, CPF ou número do passaporte, cargo eletivo ocupado, data de eleição, data de posse, prazo do mandato, se foi eleito pelo controlador ou não, se é membro independente, principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, descrição de eventos ocorridos nos últimos 5 anos como condenação criminal, condenação em processo administrativo e condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa e caso o conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos:

CONSELHO FISCAL (candidatos indicados)

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Membro independente
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Indicado pelo controlador
Outros cargos ou funções exercidas		Número de mandatos consecutivos	Prazo mandato	Participação nas reuniões do C.F. de 2022
Carlos Guerreiro Pinto	**17.06.1942**	**Conselho Fiscal**	**26.04.2023**	**Não**
047.615.457-04	Administrador	43 - C.F. (Efetivo) - Indicado pelo controlador	26.04.2023	Sim
-		13 (treze)	AGO 2024	100%
Waltamir Barreiros	**04.08.1953**	**Conselho Fiscal**	**26.04.2023**	**Não**
242.690.507-72	Contador	43 - Presidente do C.F. (Efetivo) - Indicado pelo controlador	26.04.2023	Sim
-		4 (quatro)	AGO 2024	100%
Manoel Eduardo Bouzan de Almeida	**03.04.1952**	**Conselho Fiscal**	**26.04.2023**	**Não**
269.006.377-87	Contador	46 - C.F. (Suplente do Waltamir Barreiros) - Indicado pelo controlador	26.04.2023	Sim
-		17 (dezessete)	AGO 2024	0%
Anderson Paiva Martins	**31.03.1979**	**Conselho Fiscal**	**26.04.2023**	**Sim**
077.424.247-70	Contador	45 - C.F. (Efetivo) - Indicado p/ Minor. Ordinaristas	26.04.2023	Não
-		3 (três)	AGO 2024	25%
Vespasiano Pinto Salerno	**25.01.1960**	**Conselho Fiscal**	**26.04.2023**	**Não**
552.435.097-87	Contador	46 - C.F. (Suplente do Carlos Guerreiro Pinto) – Indicado pelo controlador	26.04.2023	Sim
-		2 (dois)	AGO 2024	100%

Jorge Miguel de Bessa Menezes	**24.01.1966**	**Conselho Fiscal**	**26.04.2023**	**Sim**
837.714.927-34	Contador	48 - C.F. (Suplente do Anderson Paiva Martins) – Indicado p/ Minor. Ordinaristas	26.04.2023	Não
-		0 (zero)	AGO 2024	0%

Carlos Guerreiro Pinto - 047.615.457-04

Nascido em 17.06.1942, é formado em Administração de Empresas pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta (SUAM), é Pós-Graduado em Administração de Empresas pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD), concluiu Curso de Gerência Financeira pelo Centro de Treinamento do Citibank N.A. e é certificado em Parceria para o Desenvolvimento Empresarial pela Fundação Dom Cabral. Foi responsável pela estruturação da área de Open Market do Banco Nacional, sendo também designado Diretor da Área de Risco de Negócios. Adicionalmente, atuou como Presidente da Sinal Corretora de Valores. Exerceu as funções de Diretor Fiscal, nomeado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), reguladora das empresas de planos privados de saúde, no período de março/2010 a novembro/2011, como auditor nas operadoras colocadas em regime especial de Direção Fiscal. Atualmente é Consultor Convidado da Fundação Getúlio Vargas, prestando serviços de consultoria em Gestão no Instituto Estadual do Ambiente – INEA e na SEA – Secretaria Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial

Waltamir Barreiros - 242.690.507-72

Nascido em 04.08.1953, é formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pós-graduado em Auditoria pela UFSC. É também presidente do Conselho Fiscal da Energia Sustentável do Brasil (ESBR), desde maio de 2008, membro e Diretor de Patrimônio da Academia Catarinense de Ciências Contábeis. Trabalhou na Eletrosul – empresa que deu origem à Gerasul em 1997, atual ENGIE Brasil Energia - de março de 1975 a dezembro de 1997, em diversas funções na área contábil/tributária e no cargo de Gerente do Departamento de Contabilidade. Foi Gerente do Departamento de Contabilidade da ENGIE Brasil Energia de dezembro de 1997 a maio de 2005, e Gerente do Departamento de Governança Tributária, de maio de 2005 a abril de 2014. Foi professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em regime 20 horas, de agosto de 1985 a fevereiro de 2015. Foi Conselheiro Titular do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), de setembro de 2015 a agosto de 2016, membro da Câmara de Assuntos Tributários e Legislativos da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), e membro Titular do Conselho Fiscal da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) e da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia (ABCE). Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Manoel Eduardo Bouzan de Almeida - 269.006.377-87

Nascido em 03.04.1952, é Bacharel em Ciências Contábeis, formado em 1978 na Faculdades Integradas Simonsen, no Rio de Janeiro. Trabalhou no ramo da indústria de 1969 a junho de 1995 exercendo diversas funções administrativas, chegando ao cargo de gerente administrativo e contábil. No segundo semestre de 1995 foi convidado para exercer as funções de contador no projeto energético de Serra da Mesa, da empresa Serra da Mesa S.A., permanecendo até junho de 1998, onde se transferiu para o Grupo ENGIE, para trabalhar na holding como contador, onde permaneceu até a sua aposentadoria, no final de junho de 2011. Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Anderson Paiva Martins - 077.424.247-70

Nascido em 31.03.1979, é formado em Ciências Contábeis, formado em 2016 na Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, e Bacharel em Administração de Empresas, formado em 2013 no Centro Universitário da Cidade. Trabalhou na empresa Mega Models de 1999 a 2008, onde exerceu o cargo de Coordenador de Planejamento Financeiro. De 2008 a 2015 trabalhou na empresa Agency Models, onde exerceu o cargo de Assistente Financeiro. De 2015 até a presente data é Contador do Banco Clássico S.A. Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Vespasiano Pinto Salerno - 552.435.097-87

Nascido em 25.01.1960. Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Gama Filho, com Pós-Graduação em Comércio Exterior pela Fundação de Comércio Exterior, com cursos de extensão profissional no Ibmec, FGV, ESAD, FEBRABAN e KPMG (Centro de Treinamento BNSA), especializou-se na avaliação financeira, operacional, contábil, Análise e Auditoria de Riscos de Crédito e *Valuation* de empresas em negócios que envolvam a captação de recursos nos diversos mercados, para investimentos operacionais, capitalização ou rentabilização ou cobertura de seu caixa. Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Jorge Miguel de Bessa Menezes - 837.714.927-34

Nascido em 24.01.1966, é formado em Ciências Contábeis, com MBA (Master in Business Administration), na área de controladoria e finanças e Analista de Sistemas (PUCRJ). Cursou, inglês na ILAC International, em Toronto (Canada). Atuou na Retiro Baixo Energética S.A (Cemig/Furnas) como Diretor Presidente e na Walter Heuer Auditores Independentes exerceu o cargo de gerente da área de auditoria. Atualmente, é auditor interno do Banco Clássico S.A. Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável, pois os membros indicados do Conselho Fiscal, não pertencem a nenhum comitê na Companhia.

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor, administradores do emissor, administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor, administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas, controladores diretos ou indiretos do emissor, administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há qualquer das relações descritas acima entre qualquer um dos membros do Conselho Fiscal indicados; entre administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; entre administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia; e entre administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia ou (ii) controlador direto ou indireto da Companhia:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

Não aplicável, pois não será submetida à AGO proposta de eleição de administradores.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável, pois não será submetida à AGO proposta de eleição de administradores.

7.8 Outras informações que a Companhia julgue relevantes

Caso haja pedido para instalação do Conselho Fiscal, serão propostos 2 (dois) membros efetivos do Conselho Fiscal, e seus suplentes, indicados pela Acionista Controladora 1 (um) membro efetivo do Conselho Fiscal, e seus suplentes, a serem indicados pelos acionistas não controladores.

ANEXO V – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Informações relativas à remuneração dos administradores baseadas no item 8 do formulário de referência

8.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia segue as diretrizes do Grupo Controlador e as referências de remuneração obtidas por meio de pesquisas salariais realizadas por consultorias especializadas. O Conselho de Administração aprovou, em 06.12.2019, a Política de Remuneração dos Administradores, a qual encontra-se disponível no website da Companhia (www.engie.com.br/investidores).

A prática de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e Comitês visa atrair e reter profissionais e executivos alinhados às diretrizes de negócios, valores e cultura da Companhia. A prática considera a análise do mercado, os conhecimentos exigidos para o exercício da função, a complexidade das atividades e os resultados esperados que são baseados nos objetivos empresariais.

Adicionalmente, os membros dos Comitês, que fazem parte do quadro de pessoal da Companhia, não são remunerados para exercer tal função, exceto (i) pelo Líder do Comitê Estratégico, que recebe uma remuneração adicional mensal igual à dos membros do Conselho de Administração, no qual também participa como Conselheiro, e (ii) pelo Comitê Especial Independente para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas, cujos membros são remunerados quando da conclusão do trabalho para o qual foi instaurado.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;

O montante de remuneração global é aprovado, anualmente, pela Reunião do Conselho de Administração, e a indicação dos membros de cada perfil administrador é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;

A remuneração fixa utiliza como referência a mediana do mercado brasileiro, conforme pesquisas salariais de mercado realizadas anualmente junto a consultorias especializadas, com o objetivo de permitir comparações entre o valor pago aos executivos por empresas de porte e faturamento semelhantes, com maior participação das que atuam no setor elétrico brasileiro, bem como com a observância da consistência interna no Grupo Controlador. A remuneração variável objetiva fornecer níveis de remuneração competitivos em relação aos praticados pelo mercado, retribuir os esforços na construção dos resultados e valores gerados pela Companhia, por meio de uma bonificação atrelada ao seu desempenho e motivar o cumprimento dos objetivos empresariais e estratégicos, refletindo a cultura e os valores da Companhia e de sua Controladora.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

Eventualmente a Companhia reavalia a aderência da Política com as necessidades identificadas e qualquer alteração ou atualização deve ser obrigatoriamente aprovada pelo Conselho de Administração, e tempestivamente comunicada à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e à B3.

c) Composição da remuneração

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles

A composição da remuneração total dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário é proposta pela acionista controladora, ENGIE Brasil Participações Ltda., conforme critérios estabelecidos em nível global, podendo ser composta por remuneração fixa, bônus e incentivo de longo prazo. A remuneração máxima dos referidos órgãos da Administração é aprovada, anualmente, pela Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/76.

A composição da remuneração é estabelecida conforme segue:

Conselho de Administração

A remuneração total do Conselho de Administração é composta dos itens abaixo, sendo o montante máximo global aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas:

- Remuneração fixa (pró-labore): Composta por 13 parcelas mensais, as quais têm por objetivo a compensação direta pelos serviços prestados em linha com as práticas de mercado. Adicionalmente, o Líder do Comitê Estratégico, o qual também participa do Conselho de Administração, recebe uma remuneração fixa em decorrência de sua participação neste comitê;

- Remuneração variável: O Presidente do Conselho de Administração recebe uma parcela variável calculada com base nos resultados alcançados pela Companhia, considerando indicadores financeiros e operacionais. Tal remuneração está diretamente relacionada aos resultados de desempenho coletivos e individuais, tendo por objetivo a compensação do executivo pelos resultados atingidos, alinhados com às diretrizes de negócios, valores e cultura da Companhia. Ainda, conforme definido em Acordo Coletivo de Trabalho, o membro titular do Conselho de Administração, eleito pelos empregados, poderá receber, ainda, remuneração variável calculada com base na média dos valores pagos aos colaboradores no exercício anterior, a título de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e Bônus Gerencial. Conforme determinado no Estatuto Social, atualmente, a Companhia tem um membro titular do Conselho de Administração (e um suplente) eleitos pelos empregados; e

- Benefício pós-emprego: A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, no modelo de Contribuição Definida, administrado pela PREVIG, no qual o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados, limitada a um teto conforme regulamento do plano. Tal remuneração objetiva oferecer um incentivo de longo prazo atrativo em linha com as práticas de mercado.

O pagamento do Presidente do Conselho é realizado pela controladora da Companhia, ENGIE Brasil Participações Ltda., com o qual mantém contrato individual de trabalho, sendo 40% do valor, incluídos encargos, reembolsados pela Companhia.

A remuneração individual dos membros do Conselho de Administração não supera a remuneração individual dos membros da Diretoria Executiva.

Diretoria Executiva

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva é dividida em parcelas fixas e variáveis e seu valor máximo anual é aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas.

- Remuneração fixa (pró-labore): Composta por 13,33 parcelas mensais, as quais têm por objetivo a compensação direta pelos serviços prestados. Adicionalmente, os benefícios oferecidos pela Companhia compõem a remuneração indireta, tais como: assistência à recuperação da saúde, *check-up* médico anual, auxílio à alimentação e seguro de vida. A remuneração fixa objetiva oferecer um pacote atrativo em linha com as práticas de mercado;

- Remuneração variável: O valor da remuneração variável, composta por bônus e participação nos lucros e/ou resultados, pode oscilar entre 40% e 81% da remuneração anual fixa, de acordo com o cargo do executivo, seus desafios e metas estabelecidas, tendo por objetivo recompensar os executivos pelos resultados de curto e médio prazo da Companhia. O pagamento ocorre no primeiro semestre do ano seguinte, após o fechamento do exercício base, com base na avaliação de desempenho coletiva e individual;

- Benefício pós-emprego: A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, no modelo de Contribuição Definida, administrado pela PREVIG, no qual o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados, limitada a um teto conforme regulamento do plano. Tal remuneração objetiva oferecer um incentivo de longo prazo atrativo em linha com as práticas de mercado; e

- Remuneração baseada em ações: A controladora direta da Companhia, ENGIE Brasil Participações Ltda., oferece à Diretoria Executiva um Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) atrelado ao desempenho de *Phantom Shares* e indicadores corporativos, ao final de 4 anos, e, também, às *Performance Shares* e à Política de Opção de Compra de Ações do Grupo. Essa remuneração objetiva oferecer um incentivo de longo prazo atrativo em linha com as práticas de mercado.

Diretoria Não Estatutária

A Companhia não tem Diretoria Não Estatutária instalada.

Conselho Fiscal

O pró-labore é composto por remuneração fixa, cujo valor é definido e aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas e pago em 13 parcelas mensais. O pró-labore não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da média da remuneração mensal dos diretores executivos, sem considerar benefícios e remuneração variável. O objetivo de tal remuneração é o desempenho das funções requeridas ao Conselho Fiscal.

Comitê Especial Independente para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas

A remuneração do Comitê é definida pelo Conselho de Administração por projeto, não superior a 1 (uma) remuneração adicional por mês aos integrantes que já ocuparem cargo na Companhia. Na convocação, o Conselho de Administração deve definir o prazo de funcionamento do Comitê e pagamento da remuneração.

Nos últimos 3 exercícios não ocorreram pagamentos a título de remuneração para os participantes deste Comitê.

Comitê de Auditoria Estatutário

A remuneração do Comitê de Auditoria Estatutário é definida pelo Conselho de Administração, sendo que todos os membros recebem remuneração fixa, paga em 13 parcelas iguais durante o exercício. Membros do Comitê de Auditoria Estatutário que exercem outras atribuições junto ao Conselho de Administração da Companhia, perceberão cumulativamente os honorários como membro do Conselho de Administração e como membro do Comitê de Auditoria Estatutário.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos 3 últimos exercícios.

A participação da remuneração fixa, da remuneração variável e dos benefícios reconhecidos, em relação à remuneração total, está representada pelos percentuais a seguir:

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2022 - Valores Anuais em Reais					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Remuneração fixa anual	71,5%	57,2%	100,0%	100,0%	63,4%
Salário ou pró-labore	67,0%	50,9%	100,0%	100,0%	58,0%
Benefícios direto e indireto	0,1%	6,3%	0,0%	0,0%	4,4%
Participações em comitês	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável	24,5%	35,2%	0,0%	0,0%	30,4%
Bônus	23,8%	29,2%	0,0%	0,0%	26,0%
Participação de resultados	0,7%	6,0%	0,0%	0,0%	4,4%
Participação em reuniões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	1,2%	5,6%	0,0%	0,0%	4,2%
Baseada em ações	2,8%	2,0%	0,0%	0,0%	2,0%
Total da remuneração[1]	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2021					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Remuneração fixa anual	77,5%	52,6%	100,0%	100,0%	60,7%
Salário ou pró-labore	72,9%	47,6%	100,0%	100,0%	56,0%
Benefícios direto e indireto	0,3%	5,0%	0,0%	0,0%	3,8%
Participações em comitês	4,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável	19,1%	28,7%	0,0%	0,0%	25,0%
Bônus	11,5%	12,7%	0,0%	0,0%	11,7%
Participação de resultados	7,6%	16,0%	0,0%	0,0%	13,3%
Participação em reuniões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	1,2%	4,9%	0,0%	0,0%	3,8%
Baseada em ações	2,2%	13,8%	0,0%	0,0%	10,5%
Total da remuneração[1]	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2020					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Remuneração fixa anual	75,3%	83,1%	100,0%	100,0%	81,5%
Salário ou pró-labore	69,6%	74,5%	100,0%	100,0%	74,5%
Benefícios direto e indireto	0,6%	8,6%	0,0%	0,0%	5,1%
Participações em comitês	5,1%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável	16,0%	-3,0%	0,0%	0,0%	4,0%
Bônus	10,5%	-16,0%	0,0%	0,0%	-5,4%
Participação de resultados	5,5%	12,9%	0,0%	0,0%	9,4%
Participação em reuniões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	2,9%	6,1%	0,0%	0,0%	4,6%
Baseada em ações	5,8%	13,8%	0,0%	0,0%	10,0%
Total da remuneração[1]	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(1) Conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo "benefício de qualquer natureza", não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

O reembolso de 40% efetuado pela Companhia ENGIE Brasil Energia à Controladora engloba valores oriundos ao pagamento de ações ao Presidente do Conselho de Administração, enquanto Presidente da Controladora ENGIE Brasil Participações.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os montantes da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e dos Comitês da Companhia são propostos pela Controladora, conforme critérios estabelecidos em nível global e, posteriormente, aprovados na Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia. Tal montante não é alterado durante o exercício, pois é definido para cada ano conforme limites aprovados pela Assembleia Geral dos Acionistas para o exercício social (janeiro a dezembro).

A remuneração é definida de acordo com a natureza e responsabilidades de cada cargo, com base em pesquisas de mercado realizadas periodicamente por consultorias especializadas.

(iv) Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Para compor a remuneração, são utilizados 3 principais indicadores de igual peso, relativos as questões ASG:
-Mudanças climáticas;
-Saúde e segurança; e
- Diversidade de gênero no quadro funcional.

No posicionamento da remuneração dos administradores em relação ao mercado são utilizados indicadores quantitativos e qualitativos, grau de contribuição aos resultados, desempenho geral e experiência.

A remuneração variável está diretamente relacionada aos resultados de desempenho corporativos e individuais, e considera:

- Indicadores financeiros e operacionais do ano: evolução do EBITDA da Companhia, geração de caixa livre, resultado líquido da Companhia, despesas operacionais, solidariedade com os resultados da controladora, ENGIE Brasil Participações Ltda., etc.;

- Indicadores individuais: cumprimento de metas, resultados industriais e/ou financeiros; e

- Quatro indicadores são utilizados para apurar os resultados de desempenho propostos no âmbito do ILP: ROCE (retorno sobre o capital empregado) do Grupo ENGIE, TSR (retorno total para o acionista), RNRPG (receita líquida recorrente) e RSE (Responsabilidade Social Empresarial).

(v) razões que justificam a composição da remuneração

A Política de Remuneração dos Administradores, aprovada pelo Conselho de Administração em 06.12.2019, tem como finalidade estabelecer as diretrizes de compensação dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Comitês da Companhia. Baseada nas práticas de mercado e visa atrair e reter profissionais e executivos compatíveis com as necessidades da Companhia.

(vi) existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados na Companhia que componham o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e os Comitês mencionados no item "8.1.a" deste Formulário de Referência.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há pagamentos realizados por subsidiárias pelo cargo ocupado na Administração da Companhia. O Grupo Controlador não faz nenhum tipo de pagamento à Diretoria Executiva ou ao Conselho de Administração da Companhia, exceto:

- Remuneração fixa mensal, variável, benefícios e contribuições decorrentes do contrato individual de trabalho mantido com o Presidente do Conselho de Administração, que acumula funções corporativas na Companhia. Tais custos são parcialmente reembolsados pela Companhia na proporcionalidade da dedicação do executivo às atividades;

- Os citados na letra "e", plano de ações de desempenho (Performance Shares) e opções de compra de ações da ENGIE S.A., são de cunho corporativo e objetivam reforçar o engajamento dos colaboradores.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica à Companhia.

8.2 Remuneração total do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente em 31.12.2023 - Valores anuais em Reais					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário	Total
Nº total de membros ("b")	18	8	6	3	35
Nº de membros remunerados ("c")	18	8	6	3	35
Remuneração fixa anual	7.502.591,85	11.342.790,93	824.990,30	789.313,65	20.459.686,73
Salário ou pró-labore	6.975.380,76	10.485.110,93	824.990,30	789.313,65	19.074.795,64
Benefícios direto e indireto	107.210,00	857.680,00	-	-	964.890,00
Participações em comitês	420.001,09	-	-	-	420.001,09
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Remuneração variável	1.608.493,48	9.898.167,07	30.000,00	15.000,00	11.551.660,55
Bônus	931.036,43	6.779.172,67	-	-	7.710.209,10
Participação de resultados	582.457,05	2.864.441,05	-	-	3.446.898,10
Participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Outros[1]	95.000,00	254.553,35	30.000,00	15.000,00	394.553,35
Benefício pós-emprego	226.720,25	1.269.010,73	-	-	1.495.730,98
Baseada em ações	160.150,38	1.572.122,91	-	-	1.732.273,29
Total da remuneração	9.497.955,96	24.082.091,64	854.990,30	804.313,65	35.239.351,55

(1) A Capacitação, inserida em "Outros", refere-se aos treinamentos previstos para o ano de 2023.

O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. Dado que o exercício social de 2022 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, conforme requisitado pelo Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2022.

Conforme Ofício Circular/ Anual-2023-CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo "benefício de qualquer natureza", não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

O reembolso de 40% efetuado pela Companhia ENGIE Brasil Energia à Controladora engloba valores oriundos ao pagamento de ações ao Presidente do Conselho de Administração, enquanto Presidente da Controladora ENGIE Brasil Participações.

Em 2023, foi submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO), o valor global da remuneração anual dos administradores de até R$ 43,28 milhões, dos quais R$ 8,04 milhões correspondem a encargos sociais de ônus do empregador.

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2022 - Valores Anuais em Reais					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário	Total
Nº total de membros (“b”)	18,00	8	6	3	34,67
Nº de membros remunerados (“c”)	13,00	8	6,00	3	30,00
Remuneração fixa anual	4.135.698,88	9.866.868,15	974.398,39	709.165,08	15.686.130,50
Salário ou pró-labore	3.875.272,39	8.773.572,48	974.398,39	709.165,08	14.332.408,34
Benefícios direto e indireto	4.285,75	1.093.295,67	-	-	1.097.581,42
Participações em comitês	256.140,74	-	-	-	256.140,74
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável	1.413.741,76	6.074.791,53	-	-	7.488.533,29
Bônus	1.375.226,40	5.034.694,16	-	-	6.409.920,56
Participação de resultados	38.515,36	1.040.097,37	-	-	1.078.612,73
Participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	76.399,45	934.476,87	-	-	1.010.876,32
Baseada em ações	160.150,32	345.115,09	-	-	505.265,41
Total da remuneração	5.785.990,41	17.221.251,64	974.398,39	709.165,08	24.690.805,52

O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

Conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo “benefício de qualquer natureza”, não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

O reembolso de 40% efetuado pela Companhia ENGIE Brasil Energia à Controladora engloba valores oriundos ao pagamento de ações ao Presidente do Conselho de Administração, enquanto Presidente da Controladora ENGIE Brasil Participações.

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2021 - Valores Anuais em Reais					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário	Total
Nº total de membros (“b”)	17,67	8	6,00	3	34,67
Nº de membros remunerados (“c”)	14,67	8	6,00	3	31,67
Remuneração fixa anual	3.961.103,88	9.333.331,98	736.024,04	660.383,11	14.690.843,01
Salário ou pró-labore	3.724.270,45	8.439.991,15	736.024,04	660.383,11	13.560.668,75
Benefícios direto e indireto	16.029,00	893.340,83	-	-	909.369,83
Participações em comitês	220.804,43	-	-	-	220.804,43
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável	975.714,88	5.092.874,77	-	-	6.068.589,65
Bônus	588.835,59	2.255.922,23	-	-	2.844.757,82
Participação de resultados	386.879,29	2.836.952,54	-	-	3.223.831,83
Participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	58.003,10	852.205,55	-	-	910.208,65
Baseada em ações	111.441,27	2.434.539,14	-	-	2.545.980,41
Total da remuneração	5.106.263,13	17.712.951,44	736.024,04	660.383,11	24.215.621,72

O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

Conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo “benefício de qualquer natureza”, não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

O reembolso de 40% efetuado pela Companhia ENGIE Brasil Energia à Controladora engloba valores oriundos ao pagamento de ações ao Presidente do Conselho de Administração, enquanto Presidente da Controladora ENGIE Brasil Participações.

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2020 - Valores Anuais em Reais					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário	Total
Nº total de membros (“b”)	16,58	7	5,33	2	30,91
Nº de membros remunerados (“c”)	14,42	7	5,33	2	28,75
Remuneração fixa anual	4.122.247,48	7.234.778,13	635.924,55	421.441,07	12.414.391,23
Salário ou pró-labore	3.813.779,19	6.489.805,04	635.924,55	421.441,07	11.360.949,85
Benefícios direto e indireto	31.294,12	744.973,09	-	-	776.267,21
Participações em comitês	277.174,17	-	-	-	277.174,17
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável	875.193,70	(265.217,37)	-	-	609.976,33
Bônus	573.315,10	(1.390.983,81)	-	-	(817.668,71)
Participação de resultados	301.878,60	1.125.766,44	-	-	1.427.645,04
Participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	160.575,05	534.483,66	-	-	695.058,71
Baseada em ações	319.266,00	1.201.736,12	-	-	1.521.002,12
Total da remuneração	5.477.282,23	8.705.780,54	635.924,55	421.441,07	15.240.428,39

O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2023CVM/SEP.

Conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo “benefício de qualquer natureza”, não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

O reembolso de 40% efetuado pela Companhia ENGIE Brasil Energia à Controladora engloba valores oriundos ao pagamento de ações ao Presidente do Conselho de Administração, enquanto Presidente da Controladora ENGIE Brasil Participações.

Houve no exercício de 2020 uma reversão de R$ 7.142.451,20 referente a provisão acumulada de bônus de exercícios anteriores na Diretoria Executiva.

8.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal dos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente

Remuneração variável prevista para o Exercício Social de 2023

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	18	8
Número de membros remunerados	2	8
Bônus		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	931.036,43	6.779.172,67
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	465.518,22	3.389.586,34
Participação no resultado		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	582.457,05	2.864.441,05
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	582.457,05	2.864.441,05

A partir do exercício 2021, no Conselho de Administração, apenas o Presidente do Conselho e o membro titular eleito pelos empregados recebem remuneração variável.

Reconhecido nos 3 últimos exercícios:

Remuneração variável – Exercício Social encerrado em 31.12.2022

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	18	8
Número de membros remunerados	2	8
Bônus		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	754.191,39	2.544.891,98
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	377.095,70	1.272.445,99
Participação no resultado		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	469.758,75	2.557.334,35
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	469.758,75	2.557.334,35
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.413.741,76	6.074.791,53

A partir do exercício 2021, no Conselho de Administração, apenas o Presidente do Conselho e o membro titular eleito pelos empregados recebem remuneração variável.

Remuneração variável – Exercício Social encerrado em 31.12.2021

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	17,67	8
Número de membros remunerados	2	8
Bônus		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	815.035,22	3.027.198,28
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	407.517,61	1.513.599,14
Participação no resultado		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	519.809,78	2.741.619,25
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	259.904,89	1.370.809,63
Valor efetivamente reconhecido no resultado	975.714,88	5.092.874,77

A partir do exercício 2021, no Conselho de Administração, apenas o Presidente do Conselho e o membro titular eleito pelos empregados recebem remuneração variável.

Remuneração variável – Exercício Social encerrado em 31.12.2020

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	16,58	7
Número de membros remunerados	3	7
Bônus		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	619.170,70	1.942.693,94
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	412.780,47	1.295.129,30
Participação no resultado		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	432.139,14	2.018.195,56
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	288.092,76	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	875.193,70	(265.217,37)

No Conselho de Administração apenas Presidente do Conselho e os membros titular e suplente eleitos pelos empregados recebem remuneração variável.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

A Companhia oferece aos seus administradores Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) mantido pelo acionista controlador direto, ENGIE Brasil Participações Ltda. ("ENGIE Brasil Participações").

a) termos e condições gerais

Conforme descrito nos itens 8.1 e 8.8, para objetivos de médio e longo prazos, a controladora direta da Companhia, ENGIE Brasil Participações, oferece à Diretoria Executiva e a determinados membros do Conselho de Administração, um ILP baseado em ações fantasma (Phantom Shares) da Companhia.

b) Data de aprovação e órgão responsável

O Plano de ILP é aprovado pela CEO do grupo ENGIE, Catherine MacGregor e o último plano foi aprovado em meados de 2022.

c) número máximo de ações abrangidas

Não há número máximo de ações abrangidas. O número máximo de Phantom Shares a serem distribuídas corresponde ao somatório do valor máximo individual conforme descrito no item "g" abaixo dividido pelo valor das ações.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme descrito no item "e" abaixo, o valor do ILP (% do salário anual convertido em *Phantom Shares*) está limitado a 130% da faixa salarial da Companhia para o cargo do executivo somada ao ILP definido para aquele cargo na data de outorga. O salário base anual somado ao ILP ajustado não pode ultrapassar este limite.

e) condições de aquisição de ações

O ILP é destinado aos executivos da Companhia e do acionista controlador direto, ENGIE Brasil Participações, que mantenham contrato de administração e cargo na Diretoria Executiva das empresas. O acionista controlador determina anualmente quais executivos serão elegíveis ao ILP.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O valor de mercado das *Phantom Shares* é calculado através da média simples da cotação de fechamento da ação EGIE3 nos 3 meses anteriores à data de outorga. Ao término dos 3 anos do plano, o valor de mercado destas ações fantasma (novamente calculadas através da média do fechamento da EGIE3 nos 3 meses anteriores à data do término) será a base do valor da premiação a ser paga pelo atingimento das metas. A data de término será dia 15 do mês de março seguinte ao 3º ano do plano, após o fechamento dos resultados do exercício anterior.

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O ILP estabelece que a duração do plano será de 3 anos, conforme última revisão realizada em meados de 2022 – vide item 8.4 (b).

h) forma de liquidação

O plano envolve um bônus diferido específico, pago em dinheiro 3 anos após a data de concessão. O pagamento do ILP aos Diretores Estatutários é realizado pela Companhia e ao Presidente do Conselho de Administração pela controladora direta, ENGIE Brasil Participações e reembolsado pela Companhia.

i) restrições à transferência das ações

Tendo em vista que o ILP prevê o pagamento de um bônus diferido específico baseado em ações fantasma (*Phantom Shares*), não é possível a transferência das ações.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O acionista controlador direto, ENGIE Brasil Participações, tem a prerrogativa de, a qualquer momento com ou sem comunicado prévia, modificar, alterar, corrigir, inserir ou eliminar as condições do ILP, assim como optar pela decisão do cancelamento para futuras concessões, independentemente de justificativa.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Os executivos que deixarem a Companhia antes do término do prazo de 3 anos de carência previsto no ILP estarão automaticamente renunciando ao direito a qualquer pagamento dentro do plano. Exceções serão aplicadas se ocorrer: término do vínculo com a Companhia para exercer atividades em outras empresas do Grupo ENGIE, para fins de aposentadoria por tempo de serviço ou invalidez, para adesão a programas de desligamento voluntário, em razão de desligamento sem justa causa por decisão da Companhia ou em decorrência de falecimento do executivo.

8.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

A Companhia tem remuneração baseada em ações reconhecida em seu resultado, conforme descrito item "8.4" desta Proposta. Trata-se do Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP), oferecido pela controladora direta da Companhia, ENGIE Brasil Participações Ltda. à Diretoria Executiva.

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis à concessão de ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) no exercício de suas funções na Companhia. Eventualmente poderão receber, enquanto Conselheiros, valores resultantes das ações concedidas durante o mandato de Diretor na Companhia.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2023)

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	18	8
Número de membros remunerados[1]	1	4
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	160.150,38	1.572.122,91
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável	Não aplicável

(1) O número de membros remunerados corresponde ao número de membros e ex-membros da Diretoria Executiva que receberão pagamento de ações concedidas quando do exercício do cargo na Diretoria Executiva da Companhia.

Remuneração baseada em ações – exercício encerrado em 31.12.2022

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	18	8
Número de membros remunerados[1]	1	8
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	160.150,32	345.115,09
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável	Não aplicável

(1) O número de membros remunerados corresponde ao número de membros e ex-membros da Diretoria Executiva que receberam pagamento de ações concedidas quando do exercício do cargo na Diretoria Executiva da Companhia.

Remuneração baseada em ações – exercício encerrado em 31.12.2021

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	17,67	8
Número de membros remunerados[1]	1	8
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	111.441,27	2.434.539,14
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável	Não aplicável

(1) O número de membros remunerados corresponde ao número de membros e ex-membros da Diretoria Executiva que receberam pagamento de ações concedidas quando do exercício do cargo na Diretoria Executiva da Companhia.

Remuneração baseada em ações – exercício encerrado em 31.12.2020

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número total de membros	16,58	7
Número de membros remunerados[1]	1	7
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	319.266,00	1.201.736,12
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável	Não aplicável

(1) O número de membros remunerados corresponde ao número de membros e ex-membros da Diretoria Executiva que receberam pagamento de ações concedidas quando do exercício do cargo na Diretoria Executiva da Companhia.

8.6 Relacionada à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Outorgas previstas para o exercício social corrente (2023)

	Diretoria Executiva
Número total de membros	8
Número de membros remunerados	8
Data de outorga	15.03.2023
Quantidade de opções outorgada	71.260
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	15.03.2026
Prazo máximo para exercício das opções	15.03.2026
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável

Outorga baseada em ações – exercício encerrado em 31.12.2022

	Diretoria Executiva
Número total de membros	8
Número de membros remunerados	8
Data de outorga	15.03.2022
Quantidade de opções outorgada	62.421
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	15.03.2025
Prazo máximo para exercício das opções	15.03.2025
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável
Valor das opções na data da outorga (média simples do preço de fechamento nos 3 meses que antecederam a outorga)	R$39,44
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	2.461.884,24

Outorga baseada em ações – exercício encerrado em 31.12.2021

	Diretoria Executiva
Número total de membros	8
Número de membros remunerados	8
Data de outorga	15.03.2021
Quantidade de opções outorgada	34.634
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	15.03.2025
Prazo máximo para exercício das opções	15.03.2025
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável
Valor das opções na data da outorga (média simples do preço de fechamento nos 3 meses que antecederam a outorga)	R$43,22
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.496.881,48

Outorga baseada em ações – exercício encerrado em 31.12.2020

	Diretoria Executiva
Número total de membros	7
Número de membros remunerados	7
Data de outorga	15.03.2020
Quantidade de opções outorgada	34.620
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	15.03.2024
Prazo máximo para exercício das opções	15.03.2024
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável
Valor das opções na data da outorga (média simples do preço de fechamento nos 3 meses que antecederam a outorga)	R$50,63
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.752.810,60

8.7 Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

Até a data de apresentação deste documento, não há opção em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

8.8 Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não houve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais.

8.9 Relacionada à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente

Até a data de apresentação deste documento, não existem ações em aberto a serem entregues diretamente aos beneficiários do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

8.10 Relacionada à cada outorga de ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente

Não houve ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais.

8.11 Relacionada às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, realizada nos 3 últimos exercícios sociais

Até a data de apresentação deste documento, não existem ações em aberto a serem entregues diretamente aos beneficiários do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens "8.5" a "8.11", tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

O Plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP") é proposto anualmente pelo acionista controlador direto, ENGIE Brasil Participações Ltda., considerando os seguintes parâmetros:

- O valor individual será estabelecido por meio de um percentual do salário base anual do executivo.
- Do valor do "ILP" será deduzido o valor médio nominal de desempenho dos últimos 3 anos na data de outorga do plano de ações por performance da ENGIE S.A. (*Performance Shares*) concedido no ano anterior.
- O valor resultante será convertido em um número de ações fantasma (*Phantom Shares*) de acordo com o valor de mercado da ação da Companhia (EGIE3), determinando a base para o montante do prêmio a ser pago pelo alcance dos objetivos na data do término do plano.

a) modelo de precificação

Para cálculo de outorga das ações fantasma (*Phantom Shares*) considera-se o valor de mercado da ação, sendo calculado por meio da média simples da cotação de fechamento da EGIE3 nos 3 meses anteriores à data de outorga. A data de outorga é a mesma estabelecida no plano das ações por performance (*Performance Shares*) do acionista controlador indireto, ENGIE S.A., geralmente no mês de dezembro de cada ano.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Enquanto o plano estiver vigente, o número de ações atribuídas para a determinação do valor do incentivo poderá ser aumentado proporcionalmente baseado no valor da ação quando a empresa pagar a seus acionistas os dividendos e juros sobre capital próprio. Tal ajuste será realizado por meio do cálculo do *dividend yeld* do preço de fechamento da ação EGIE3 na data.

O valor exato do incentivo será calculado por meio da seguinte fórmula: (% SB – – média dos 3 últimos anos VF PSP) / Valor da ação EGIE3 na data de início do plano = X Número de ações fantasma (Início). Para o valor final das ações considerar: X Número de ações fantasmas x preço da ação EGIE3 na data final. E o pagamento total será o valor final das ações multiplicado pelos indicadores de performance. Sendo que:

- % SB significa um % do salário base anual variando pela grade salarial do executivo na data de início do plano;
- VF PSP representa o valor de face das ações por performance (Performance Shares) da ENGIE S.A. concedidas nos últimos 3 anos, com cotação e câmbio EUR/BRL da data de outorga destas ações.
- Valor da ação EGIE3 conforme detalhado no item "a" desta seção

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não há previsão de exercício antecipado no modelo de ILP baseado em ações aplicado pelo Grupo.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável ao modelo de plano de ILP baseado em ações aplicado pelo Grupo, uma vez que a volatilidade das ações não foi considerada no cálculo para apuração do valor da bonificação.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

O pagamento total do ILP será um percentual do valor das ações ao final do ciclo. Este percentual será determinado pelos resultados alcançados nos quatro indicadores de desempenho do plano, no período de 3 anos do plano: ROCE (retorno sobre o capital empregado) do grupo ENGIE – 30%, Total Shareholder Return (retorno total para o acionista) – 25%, RNRPG (receita líquida recorrente) – 25% e RSE (Responsabilidade Social Empresarial) – 20%.

Ao término dos 3 anos do plano, o valor de mercado destas ações (novamente calculadas por meio da média do fechamento da EGIE3 nos 3 meses anteriores à datado término) será a base do valor da premiação a ser paga pelo atingimento das metas. A data de término será dia 15 do mês de março seguinte ao 3º ano do plano, após o fechamento dos resultados do exercício anterior.

8.13 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Em 31.12.2022, a Companhia possuía 815.927.740 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

O quadro abaixo demonstra a quantidade de ações e outros valores mobiliários detidos por membros dos Conselhos e Diretores da Companhia:

Órgão	Quantidade de ações detidas, em 31.12.2022		
	Ações Ordinárias		
	Diretamente	Indiretamente	Total
Conselho de Administração	43.855	-	43.855
Diretoria Executiva	7.250	-	7.250
Conselho Fiscal	4.983	-	4.983
Total	**56.088**	**-**	**56.088**

As ações detidas por estes membros correspondem a 0,006874% das ações emitidas.

A cotação da ação em 31.12.2022 era de R$ 37,88 por ação.

8.14 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número de membros	18	8
Número de membros remunerados	2	8
Nome do Plano	Plano CD	Plano CD
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	1	1
Condições para se aposentar antecipadamente	2	8
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	5.660.172,32	26.195.332,88
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	49.501,80	809.237,21
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não Aplicável	Não Aplicável

Nota: A idade para Aposentadoria Normal foi alterada para 60 anos e para a Aposentadoria Antecipada permanece a partir de 48 anos.

8.15 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, dos 3 últimos exercícios sociais

	Conselho de Administração			Diretoria Executiva			Conselho Fiscal			Comitê de Auditoria Estatutário		
(Valores em Reais)	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020
Nº de membros	18	17,67	17	8	8	7	6	6	5	3	3	2
Nº de membros remunerados	13	14,67	14,42	8	8	7	6	6	5	3	3	2
Valor da maior remuneração	2.093.212,03	2.080.483,95	2.193.509,56	3.318.269,17	3.371.882,49	2.361.439,08	164.715,37	151.343,96	146.751,80	236.388,36	220.127,70	150.514,67
Valor da menor remuneração	162.188,84	147.202,90	138.587,02	1.032.459,92	846.301,93	968.711,77	82.357,68	75.671,98	146.751,80	236.388,36	220.127,70	150.514,67
Valor médio da remuneração	445.076,19	348.075,20	379.839,27	2.152.656,46	2.214.118,93	1.243.682,93	162.399,73	122.670,67	119.310,42	236.388,36	220.127,70	210.720,54

Conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo "benefício de qualquer natureza", não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

Os membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos identificados com a maior e menor remuneração exerceram o cargo durante todo o exercício apurado.

O valor médio da remuneração no Conselho Fiscal em 2020 inferior à menor remuneração é decorrente do início do pagamento aos membros suplentes no meio do exercício, onde se definiu remuneração de 50% do valor atribuído mensalmente ao titular.

A maior e menor remuneração do Comitê de Auditoria Estatutário reflete a soma dos 8 meses de pagamento no exercício 2020 a partir da sua criação. O valor médio da remuneração no Comitê de Auditoria Estatutário em 2020 superior à maior remuneração é decorrente do período menor que 12 meses no exercício a partir da sua criação.

8.16 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia

A Companhia não tem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A remuneração dos membros do Conselho de Administração que têm contratos de trabalho vinculados aos controladores diretos e indiretos da Companhia correspondem a 44% (previsto), 43%, 57% e 63%, do total da remuneração do Conselho de Administração nos anos de 2023, 2022, 2021 e 2020 respectivamente. No Conselho Fiscal, não há membros que são considerados como partes relacionadas aos controladores da Companhia nos últimos 3 anos.

8.18 Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam, nos 3 últimos exercícios sociais, bem como não há expectativa de pagamento para o exercício corrente.

8.19 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente

O Grupo Econômico Controlador da Companhia, ENGIE S.A., mantém um programa de concessão de ações por desempenho (*Performance Shares*), que pode ser concedido, dentro das condições estabelecidas, aos executivos e profissionais seniores.

No quadro a seguir, demonstra-se a média de atribuições de ações do Grupo Econômico Controlador aos membros da Diretoria Executiva da Companhia:

Exercício social 2023 – Remuneração a ser Recebida em Função do Exercício do Cargo na Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Controladores diretos e indiretos	-	243.677,86	-	-	243.677,86
Controladas da Companhia	-	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-	-

Exercício social 2022 – Remuneração Recebida em Função do Exercício do Cargo na Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Controladores diretos e indiretos	-	383.011,12	-	-	383.011,12
Controladas da Companhia	-	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-	-

Exercício social 2021 – Remuneração Recebida em Função do Exercício do Cargo na Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Controladores diretos e indiretos	-	225.063,88	-	-	225.063,88
Controladas da Companhia	-	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-	-

Exercício social 2020 – Remuneração Recebida em Função do Exercício do Cargo na Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Total
Controladores diretos e indiretos	-	122.958,57	-	-	122.958,57
Controladas da Companhia	-	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-	-

8.20 Outras informações que a Companhia julga relevantes

Conforme Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo "benefício de qualquer natureza", não integrando os montantes de remuneração global ou individual nas tabelas de remuneração deste item.

Os encargos sociais apartados das tabelas deste item para os exercícios 2023, 2022, 2021 e 2020 foram de R$ 8.044.334,58 (previsto), R$ 6.332.686,48, R$ 5.563.453,67 e R$ 3.242.642,25, respectivamente.

Média anual de membros total de cada órgão

Ano de 2022

Mês	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário
Janeiro	18	8	6	3
Fevereiro	18	8	6	3
Março	18	8	6	3
Abril	18	8	6	3
Maio	18	8	6	3
Junho	18	8	6	3
Julho	18	8	6	3
Agosto	18	8	6	3
Setembro	18	8	6	3
Outubro	18	8	6	3
Novembro	18	8	6	3
Dezembro	18	8	6	3
Total	**216**	**96**	**72**	**36**
Média anual de membro	**18**	**8**	**6**	**3**

Ano de 2021

Mês	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário
Janeiro	18	8	6	3
Fevereiro	18	8	6	3
Março	18	8	6	3
Abril	18	8	6	3
Maio	18	8	6	3
Junho	18	8	6	3
Julho	18	8	6	3
Agosto	16	8	6	3
Setembro	16	8	6	3
Outubro	18	8	6	3
Novembro	18	8	6	3
Dezembro	18	8	6	3
Total	**212**	**96**	**72**	**36**
Média anual de membro	**17,67**	**8**	**6**	**3**

Ano de 2020

Mês	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário
Janeiro	17	7	4	0
Fevereiro	17	7	4	0
Março	17	7	4	0
Abril	17	7	4	0
Maio	17	7	6	3
Junho	16	7	6	3
Julho	16	7	6	3
Agosto	16	7	6	3
Setembro	16	7	6	3
Outubro	16	7	6	3
Novembro	17	7	6	3
Dezembro	17	7	6	3
Total	**199**	**84**	**64**	**24**
Média anual de membro	**16,58**	**7**	**5,33**	**2**

ANEXO VI – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

Informações relativas à proposta de participação dos empregados nos resultados do exercício de 2022

10.3 Descrição das políticas de remuneração dos empregados da Companhia

a. política de salários e remuneração variável

Política de remuneração:

A política de remuneração da Companhia é a de manter um sistema de remuneração alinhado às práticas de mercado, que atenda aos interesses da Companhia e de seus empregados. Dessa forma, a Companhia considera os seguintes aspectos:

- O valor pago a cada empregado, por seu trabalho na Companhia, deve ser compatível com o valor desse trabalho no mercado de acordo com a estratégia de remuneração adotada pela companhia;
- A remuneração deve refletir as responsabilidades de cada empregado, o grau de desempenho e os resultados alcançados, individualmente e em equipe.

Sistema de remuneração variável:

Em complemento ao pagamento de remuneração fixa, a Companhia mantém um sistema de remuneração variável determinado em função da realização dos objetivos empresariais e do percentual de alcance das metas vinculadas aos mesmos. Esta mensuração é realizada anualmente, por meio dos resultados financeiros da Companhia e de cada área da Companhia. Neste contexto, a remuneração variável é composta por:

- Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR): aplicável a todos os empregados da Companhia e condicionada aos resultados empresariais, medidos pelo EBITDA do período, além de atingimento de metas departamentais. Estes critérios são negociados com os sindicatos e estabelecidos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). O pagamento da PLR propicia a prática de valores de remuneração competitivos quando comparados aos praticados pelo mercado de trabalho no Brasil.
- Programa de Bônus Gerencial: aplicável a todos os empregados enquadrados na carreira gerencial, o programa é atrelado ao atendimento dos objetivos empresariais e metas da área e estará condicionado ao percentual de alcance delas.

A proposta da administração contempla o valor de até R$ 43,29 milhões a título de PLR dos empregados, relativa ao exercício de 2022, a ser distribuído de acordo com os critérios definidos no Sistema de Remuneração da Empresa e Acordos Coletivos de Trabalho.

b. política de benefícios

Visando a atração, retenção e motivação de profissionais alinhados aos valores da Companhia, a Companhia oferece benefícios que buscam equilibrar as tendências de mercado e as aspirações dos empregados.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

A Companhia não tem programa de incentivo aos empregados não administradores baseado em suas cotas ou suas ações. Entretanto, sem ônus e sem vinculação com os seus resultados, os empregados da Companhia, podem participar de programa estabelecido pelo Grupo Controlador – ENGIE, conforme mencionado no item 8.1.

d. razão entre:

(i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso;

(ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social